**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Ecoturismo na cultura de consumo:
possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?**

Helio Cesar Hintze

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2008**

Helio Cesar Hintze
Tecnólogo em Processamento de Dados

**Ecoturismo na cultura de consumo:
possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?**

Orientador:
Prof. Dr. **ANTONIO RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Hintze, Helio Cesar

Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? / Helio Cesar Hintze. - - Piracicaba, 2008.
137 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2008.
Bibliografia.

1. Ecoturismo 2. Educação ambiental 3. Guia de turismo 4. Mercado turístico
Sociedade de consumo I. Título

CDD 796.5
H666e

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

A produção deste trabalho não seria possível sem a imensa teia
de relações que permeia seu desenvolvimento:
dedico-o a todos os que comigo viveram tal período.

Dedico-o especialmente à Lucia Lara
que representa no presente da minha vida
um presente à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores **Antonio Almeida, Adalmir Leonídio e Fabio Alberti Cascino.**

Aos professores **Dalcio Caron, Pedro Jacob, Marcos Sorrentino, Sandro Tonso, João Luiz Höeffel.**

À professora **Laura Martirani** por me abrir as portas do PPGI.

Aos pesquisadores que colaboraram com este trabalho
Prof. **Célia Serrano**, Prof. **Zysman Neiman**, e Prof. **Carlos Diegues.**

Aos **operadores de ecoturismo** que colaboraram neste trabalho.

A **meus alunos e alunas** que debateram comigo
as idéias aqui apresentadas e em muito colaboraram.

Especialmente aos alunos do SENAC
(Rio Claro, Piracicaba, Águas de São Pedro e São Paulo),
da UNIARARAS e da FPM de Itu.

Ao SENAC – especialmente os colegas docentes que discutiram comigo o tema,
pessoal das bibliotecas - em especial **Izete e Bete** e suas respectivas equipes,
às coordenações e aos grupos de trabalho que participei.

Ao grande amigo professor **João Allievi**,
sempre disposto a me fornecer informações que ninguém mais sabia.

A minha amiga **Sueli** (UNESP / Rio Claro)
que lá no comecinho desta aventura, muito me ajudou.

Ao pessoal da ESALQ, especialmente à dedicação da **Regina Telles**
e das meninas da Biblioteca **Eliana Maria Garcia e Silvia Maria Zinsly**

E finalmente, ao pessoal do ‘**Asilo de Salubridade**’
onde encontrei o (des)conforto necessário para continuar minha vida:
Vanessa, Fernando, Marcelo Rasteiro, Rodrigo e Fábio.

O que que a ciência tem? Tem lápis de calcular...
Que mais que a ciência tem? Borracha pra depois apagar...
Você já foi ao espelho, nego?
Não?!?! Então vá...

RAUL SEIXAS

**Reflexões de Aninha
(A cidade e seus turistas)
Cora Coralina**

**Do livro:
Vintém de cobre - Meias confissões de Aninha – 4ª edição.
1987 - Editora Universidade Federal de Goiás.**

A cidade de Goiás, sendo um conjunto social tradicionalista
e fechado, não entendeu nem justificou o turista.
Acostumada a receber visitas, dispensar atenções e cortesia
aos que chegam, não o entende e se surpreende,
com esse tipo novo e suas atitudes desatentas,
longe do padrão aceito e requerido.

Quem faz visitas tem praxe e um protocolo, mesmo modesto,
de apresentação, estatuído e conservado.
Traz um laço remoto com a terra, com a cidade e suas famílias.
Estranho que seja tem uma linha definida e aceita.
Já o turista foge a esse padrão.
É diferente e indiferente.

Descontraído, displicente, impessoal, chiclete.
Entra porque a casa está aberta, costume de Goiás.
A cidade é quente e a estrutura interna das casas
canaliza aeração pelos corredores de entrada.

A maioria das casas abre suas portas
da rua e do meio, pela manhã, e só fecham à noite.
A famigerada “porta do meio”, que preserva o interior,
Abre para a peça que em Goiás chama varanda,
Em regra a mais ampla da construção
onde a família se reúne, recebe, trabalha,
Conversa e toma refeições.
Portas abertas. O turista vai entrando como em terra de ninguém.
Indiferente a uns tantos princípios.
Ab-rogou de normas sociais corriqueiras.
Não revela preceitos comezinhos.
É despojado e muito de seu, à vontade.

É um passante, anônimo, genericamente turista,
de curiosidade despolida
que agride a família tradicional, não muito flexível
e que qualifica esta atitude de desplante.

O turista entra sem bater, um ar superior.
Invariavelmente, porta uma objetiva e dela se serve.
Faz perguntas extemporâneas, não aguarda um entendimento prévio.
“Quantos anos tem a senhora? Quantos anos tem essa casa?
A senhora conheceu os bandeirantes?... A senhora mora sozinha?
Não tem vontade de mudar para Goiânia? Não passeia?”
Francamente, tais perguntas não levam ao entrosamento
que as famílias goianas preservam.

Tem mais: a liberdade que tomam de invadir.
 Vão entrando, salas, quartos, cozinha, quintal.
 Nem cumprimentam a dona da casa presente.
 Tudo com a liberdade indiferente de um passante
 sem nome e sem retorno.
 Não ligam ao juízo que possam fazer desta conduta, inédita.
 Nos Reinos da minha Cidade.

Afinal que o turista vem e vai
 não abrem caminho ao turismo informativo e social,
 que procuram. E como a cidade ainda não tem seus guias
 como em outras partes, eles não se limitam ao que Goiás oferece publicamente.
 Igrejas e museus de portas fechadas e falta de guias.
 Vale muito aqui o artesanato comercial,
 Bem amplo do pátio interno
 do Convento Dominicano,
 que mantém uma cooperativa em benefício dos artesãos,
 espalhados ao acaso da cidade.
 Vale também o mercado e o museu comercial de Jair Figueiredo.
 Que nunca se esvazia e onde há muito o que ver e comprar.
 E ele é envolvente e ótimo comerciante.

Não sei se será assim em toda parte.
 Sei que nas velhas cidades de Minas,
 As famílias também sentem dificuldades,
 Mas as coisas por lá são diferentes,
 Havendo muito o que ser visto e guia para acompanhar.
 No entanto, confessamos que há de permeio um turismo inteligente,
 Polido e muito agradável de receber
 e que deixa e leva as melhores impressões.

Nenhuma censura nesta análise.
 Tempos novos,
 gente nova, desligada de práticas remotas e de um passado distante.

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	15
PREÂMBULO.....	17
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 A CONTEMPORANEIDADE E SEUS CONDICIONANTES.....	33
2.1 A cultura de consumo.....	39
2.2 A sociedade do espetáculo.....	42
3 ECOTURISMO NA CULTURA DE CONSUMO.....	49
3.1 O turismo convencional na tendência hegemônica.....	49
3.2 Ecoturismo como segmento do mercado turístico.....	56
3.3 Ecoturismo: origem, contexto e significado.....	58
3.4 Breve comentário sobre ecoturismo e turismo de aventura.....	61
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	65
4.1 Raízes da educação ambiental.....	67
4.2 As contribuições de Henry David Thoreau para a educação ambiental.....	76
4.3 Visitas à natureza: o ecoturismo como possível veículo para educação ambiental não-formal.....	79
5 O ECOTURISMO COMO MERCADORIA E ESPETÁCULO.....	89
6 O ECOTURISMO COMO REAFIRMAÇÃO DO TURISMO CONVENCIONAL.....	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	123

RESUMO

Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?

O presente trabalho tem por objetivo estudar o ecoturismo. Buscou-se averiguar a existência de uma preocupação com a educação ambiental (e quais os princípios que a regem) nas atividades e pacotes 'ecoturísticos' comercializados pelo mercado. Para atingir tal objetivo, procurou-se conhecer o termo ecoturismo a partir das perspectivas da cultura de consumo e da sociedade do espetáculo e sob tal enfoque discutir suas relações com temas como turismo e consumo, natureza e educação ambiental; buscou-se também identificar as bases filosóficas do trabalho ecoturístico (particularmente em sua relação com a questão da educação ambiental) desenvolvido pelas operadoras de tais atividades; e por fim, realizar crítica conceitual acerca das relações entre os assuntos abordados pela dissertação. Foram entrevistadas 03 operadoras do mercado ecoturístico e 03 pesquisadores de áreas relacionadas aos temas propostos. O texto da dissertação foi produzido a partir das informações obtidas por levantamento bibliográfico em diálogo com as opiniões obtidas nas entrevistas no trabalho de campo. Concluiu-se que o ecoturismo como atividade de mercado é pouco utilizado para a disseminação da consciência ambientalista por conta das operadoras terem uma visão da educação ambiental que a aproxima da educação formal e que tal característica não deve ser integrada às atividades turísticas – momentos de diversão e lazer; constatou-se também que o ecoturismo é uma atividade que produz subjetividade consumista nos participantes do processo e reafirma o tempo espetacular do capital.

Palavras-chave: Consumo; Sociedade do espetáculo; Ecoturismo; Educação ambiental; Guia de turismo

ABSTRACT

Ecotourism in the culture of consumption: possibility of environmental education or spectacle?

The present work aims to study the ecotourism. It has investigated the existence of a preoccupation with the environmental education (and its leading principles) in the activities and ecotourism packages traded on the market; to achieve such aim it has searched to understand the term ecotourism from the culture of consumption and society of the spectacle perspective, and under such view, to discuss its relation with themes such as tourism and consumption, nature and environmental education; It has searched to identify the philosophical basis of the ecotourism work (particularly in its relation with the environmental education matter) developed by the operators of such activities; and finally, to do a conceptual critic on the issues considered on this essay. 03 operators of the ecotourism market and 03 researchers of areas related to the theme here proposed were interviewed. This essay was written based on the information collected through bibliographic research and opinions gathered in the interviews on the field work. It was concluded that the ecotourism as a market activity isn't much used to spread the environmental awareness due to the fact that the operators have a view of environmental education close to a formal education and such characteristic shouldn't be integrated to the tourism activities – fun moments and leisure; it was also noticed that the ecotourism is an activity that evokes consumption patterns among its participants and reassures the capital's spectacular time.

Keywords: Consumption; Society of the spectacle; Ecotourism; Environmental education; Tour conductor

PREÂMBULO

A educação deve formar pessoas livres e criativas o bastante para se reconhecerem co-responsáveis pelas suas próprias escolhas. Inclusive aquelas escolhas que, fruto do diálogo com educadores, sejam diversas ou mesmo opostas às deles.
BRANDÃO

Qualquer que seja o fenômeno estudado, é preciso primeiramente que o observador se estude, pois o observador ou perturba o fenômeno estudado, ou nele se projeta de algum modo. Seja o que for que empreendamos no domínio das ciências humanas, o primeiro passo deve ser de auto-análise, de autocrítica.
MORIN

Para que o leitor possa compreender o tema a ser abordado no presente trabalho é imprescindível que se conheça a trajetória pela qual este tema tornou-se significativo para o autor.

O paradigma dominante da ciência moderna exige uma separação metódica entre sujeito e objeto (SANTOS, 2003). No entanto, não me vejo diante de um frio objeto de pesquisa, vejo-me diante de minha própria vida, afinal este trabalho é, de certa forma, a continuação da minha vida “por outros meios” (SANTOS, 2003, p. 83), afinal todo conhecimento científico é também, autoconhecimento. Reconheço neste momento a necessidade falar em primeira pessoa, como exercício de autoria, pois “desconfio de uma objetividade em si mesma ‘neutra’ e impessoal” (BRANDÃO, 2003, p. 36).

Para a ciência, o período atual é de transição paradigmática e procuro nesse trabalho realizar um pequeno exercício nessa direção, afirmando que a distinção (con)sagrada entre “sujeito e objeto, entre a subjetividade de quem conhece e a objetividade de como se deve conhecer na pesquisa não é tão absoluta e nem perene, mesmo nas ciências mais neutras e objetivas” (BRANDÃO, 2003, p. 53). Se, como afirma Boaventura, “estamos divididos, fragmentados” (SANTOS, 2003, p. 92), separar a história do desenvolvimento deste trabalho dele mesmo seria reforçar a fragmentação que aqui combato.

A busca do presente tema é de suma importância para meu desenvolvimento enquanto pesquisador que procura desvelar o dado imediato (produções acadêmicas e discursos de mercado) e compreender o mundo no qual vivo e o qual pretendo transformar num lugar um pouco melhor.

Portanto, é impossível separar autor e tema o que reafirma o caráter autobiográfico que este trecho da presente obra toma, pois insisto que todo conhecimento é autoconhecimento. Por meio da história do desenvolvimento desta dissertação (re)conheci, fiz e (re)fiz meus eus (como pesquisador, como pessoa, entre outros). Na revolução científica que vivemos, um conhecimento deste tipo é “relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica” (SANTOS, 2003, p. 77)

A história dessa dissertação não se limita ao período cronológico desse mestrado – entre meados de 2005 e 2008. Inicia-se no ano de 2002.

Como sou formado nas Ciências Exatas no curso de Tecnólogo em Processamento de Dados era necessário – e eu sabia disso – fazer uma pós-graduação intermediária para me preparar para a aventura de um mestrado.

Foi no contexto do programa da Pós-graduação Lato-sensu em Ecoturismo no SENAC de Águas de São Pedro, por meio do contato com meus professores, dos autores estudados e colegas de sala (dos quais fica aqui minha eterna gratidão a dois amigos especiais que seguiram comigo na jornada de vida: Fernando de Figueiredo e Marcelo Rasteiro) que se iniciou esta jornada. Na busca pelo ecoturismo acabei encontrando outras leituras. Por isso, serei sempre grato ao Professor Fábio Cascino que é o grande responsável por me mostrar que outras leituras são sempre possíveis. Da relação professor-aluno à uma profunda amizade, Fábio Cascino é uma mescla de professor, amigo, pai, companheiro.

Os anos 2002-2003 foram um período intelectualmente turbulento e fértil, de grande desterritorialização e mudanças pessoais, profissionais e intelectuais. Conceitos pré-estabelecidos ruíram e novas formas de pensar/sentir foram surgindo. Processo profundo causador de muito crescimento, entre sofrimento e gozo. Intelectualmente, este período marca minha transição entre as ciências exatas e as ciências sociais, a ecologia, a filosofia.

Nesse período travei meus primeiros contatos com autores fundamentais para meus estudos, tais como Paulo Freire, Milton Santos, Felix Guattari, Friedrich Nietzsche, Fritjof Capra, Edgar Morin, Herbert Marcuse, Guy Debord, entre outros. Dentre tais autores, dois marcaram especialmente meu caminho. Eles são Guy Debord e o educador brasileiro Paulo Freire.

A leitura do livro *A Sociedade do Espetáculo* causou impacto muito grande em minha maneira de enxergar o mundo, pois foi a partir do estudo desta obra que pude compreender com um pouco mais de clareza, os mecanismos que – de certa forma – condicionam nossas vidas. O incômodo com a questão da mercadoria e a vontade de desvendar sua estrutura nasceram daí.

Paulo Freire e sua importante obra contribuíram fundamentalmente para minha atuação como docente, possibilitando que me transformasse em um educador com preocupações com a autonomia de meus educandos e com o rigor das pesquisas que viria a desenvolver. A mensagem de esperança do autor marca profundamente meu caminho.

Dos autores que li, tive o prazer de conhecer pessoalmente a professora Célia Serrano. A dedicatória que ela escreveu em seu livro *‘A educação pelas pedras’* tornou-se um grande incentivo desse trabalho: *‘Gente aprende com gente. As pedras são apenas pretextos’*. Embora a natureza – no sentido do senso comum – possa ter o potencial de auxiliar o ser humano a compreender-se, nada haverá senão pelo contato com outros seres humanos, afinal a educação passa pela humanidade. Onde quer que seja realizada, ela apenas se realiza no ser humano. Agradeço todo o apoio que Célia Serrano me ofereceu durante meus estudos. Não apenas por suas palavras escritas nos livros, mas como boa amiga que se tornou. Agradeço igualmente por ter feito parte deste trabalho como uma das pesquisadoras entrevistadas.

No período entre o início de 2004 e agosto de 2005 preparei o projeto deste trabalho. Este mestrado tem um sabor especial para mim, ele é parte de um dos períodos de maior vivacidade intelectual de minha vida até agora. Este mestrado tem saber.

O livro *Um discurso sobre as ciências* de Boaventura Sousa Santos (2003) foi parte da bibliografia obrigatória para o processo seletivo do Mestrado do Programa

Interunidades em Ecologia Aplicada. A importância deste livro está no sentido de denunciar a crise do paradigma científico vigente, anunciando um paradigma emergente no qual sujeito da pesquisa e seu objeto são reaproximados. Esta obra foi fundamental para que eu compreendesse que minha história e meu trabalho são um só, formando um *continuum*.

Durante a entrevista com os professores na prova do processo seletivo, um dos membros da banca argumentou comigo que a leitura do projeto de pesquisa que apresentei transmitia a impressão de que eu já sabia a resposta do que eu procurava. De certa forma sim, pois estudava o assunto, por conta da especialização que cursara anteriormente e das oportunidades de discutir a temática com meus alunos nos cursos que ministrei na sequência da pós-graduação. Todavia, o nível de discussão de uma pós-graduação *lato sensu* já não era suficiente para elucidar as indagações que iam surgindo.

Esta jornada não se deu sozinha, portanto, desde ponto do texto em diante, utilizarei sempre que possível a primeira pessoa do plural, nós – ainda que em sujeito oculto. Concordando com Eco (2006) dizer nós significa presumir que aquilo que aqui afirmamos será compartilhado pelos leitores, pois “escrever é um ato social” (ECO, 2006, p. 122) e que foi construído, não no exercício solitário da leitura/estudo/reflexão/escrita, mas na rica e quente troca de idéias com outras pessoas. O tema desta dissertação tem sido trabalhado no debate vivo com meus alunos e professores, em congressos e com outros pesquisadores ao longo destes anos. Sua produção não tem sido solitária também por conta do processo de orientação. Já não é apenas o autor que estuda, escreve e comunica.

Esse nós, sem sombra de dúvidas, traz consigo pessoas muito importantes. O Professor Antonio Almeida foi decisivo para o desenvolvimento desta dissertação. A ele sou grato por acreditar em meu trabalho num momento de grande dificuldade, além da atenção na leitura deste texto e dos comentários e orientações cuidadosas e coerentes.

Agradeço da mesma forma ao Professor Adalmir Leonídio inicialmente pela leitura e análise crítica do meu projeto e num segundo momento, pela leitura extremamente atenciosa e pelos comentários que me permitiram dar um salto qualitativo fundamental em meu trabalho.

Acreditamos que seja necessária a transformação (entenda-se emancipação) da sociedade e de seus indivíduos e intencionamos a produção de um conhecimento que seja crítico e autocrítico para que não se iluda a si próprio como detentor de uma realidade imutável. A devida reflexão sobre a relação entre teoria e prática torna-se uma exigência que se nos apresenta, afinal sem tal reflexão “a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2002, p. 24). Palavras duras de Freire, com certo tom de ironia, mas que são propícias para descrever os problemas que podem advir do descuido desta reflexão. Sabemos que a mudança é difícil, mas sabemos que é possível (FREIRE, 2000).

Passado este período inicial de turbulências, hoje minha alma consegue acalmar-se e se por em certa ordem para a concreção deste trabalho. As leituras já não me perturbam tanto, apenas me roubam algumas noites de sono. Acredito que o impacto da minha mudança da área das ciências exatas para as ciências sociais, tenha sido muito forte. As leituras que fiz nesse período chacoalharam profundamente minha visão de mundo. Sou diferente do que era. Estou me tornando quem eu sou, como diria Nietzsche (2003). Todo o sabor deste mestrado, toda a força do impacto das mudanças ocorridas no período de seu desenvolvimento foram para mim uma ‘refeição forte’, mas “uma refeição forte é mais fácil de digerir do que uma demasiado ligeira. Que o estomago entre inteiro em atividade, primeira condição para uma boa digestão” (NIETZSCHE, 2003, p. 37).

Acredito ter desenvolvido certo grau de maturidade para poder prosseguir com meus trabalhos. Vamos a ele. Desejo a todos, uma boa refeição!

1 INTRODUÇÃO

A primeira opinião que nos ocorre,
quando repetidamente somos indagados acerca de algo, não
é geralmente a nossa própria opinião, mas sim aquela corrente, de
nossa casta, posição ou origem:
é raro as opiniões próprias ficarem perto da superfície.

NIETZSCHE

Este trabalho estuda o ecoturismo – sua origem, contexto e significado – a partir de suas relações numa cultura de consumo¹, para a qual ele é um processo de produção (objetivo e subjetivo) de diversos tipos de mercadorias, obedecendo à lógica do capital de busca incessante de lucro. Seus números de mercado alcançaram a casa dos trinta por cento (30%) ao ano segundo estatísticas de seu desenvolvimento mundial e oficial (WEARING; NEIL, 2001). Estes são os maiores índices dentro do campo do turismo. Contudo, tal desenvolvimento parece não ser acompanhado por uma crescente preocupação com a prática de uma educação ambiental² que – segundo a conceituação do ecoturismo – é fundamental para a caracterização de uma atividade turística como tal.

Esta hipótese abre possibilidade para várias inquietações. Qual a atual condição do ecoturismo no mercado turístico? Será ele a re-affirmação sob uma nova ótica do turismo convencional como estratégia para sua manutenção?³ Se conceitualmente, deve-se trabalhar a educação ambiental e procurar promover reflexões nos praticantes das atividades ecoturísticas sobre as relações entre seres humanos e meio ambiente, tais reflexões devem / podem se dar durante atos de consumo? Tais atos podem levar o consumidor a uma reflexão sobre este mesmo consumo? Quais os limites de uma educação ambiental exercitada nas práticas mercadológicas do ecoturismo na cultura de consumo?

¹ “Usar a expressão ‘cultura de consumo’ significa enfatizar que o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea” (FEATHERSTONE, 1995, p. 121). Os demais autores usados neste trabalho concordam com o autor citado.

² Explicaremos mais à frente, as relações entre o ecoturismo e a educação ambiental.

³ Ou como nos incomoda Serrano lembrando que o ‘ecoturismo, justamente, vai ser colocado por alguns de seus críticos entre tais produtos ‘esverdeados’ para o consumo das classes médias’ (SERRANO, 2000, p. 11).

O ecoturismo é um conceito polissêmico⁴, por isso é de difícil compreensão e de fácil manipulação por parte dos interessados em seu estudo conceitual e em suas práticas de mercado.

A fim de investigar tais questões, o objetivo central desta dissertação⁵ de mestrado é o de averiguar a existência de uma preocupação com a educação ambiental (e quais os princípios que a regem) nas atividades e pacotes ecoturísticos comercializados pelo mercado. Para tanto, são desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (1) Realizar levantamento bibliográfico referente ao ecoturismo e discuti-lo como mercadoria e como espetáculo. (2) Identificar a preocupação com a educação ambiental nas atividades ecoturísticas desenvolvidas pelas operadoras de mercado. (3) Realizar crítica conceitual acerca das relações entre os assuntos abordados pela dissertação.

Como percurso metodológico optamos, por meio de levantamento bibliográfico, apresentar um panorama da contemporaneidade e de sua condição, analisando a cultura de consumo e a sociedade do espetáculo. Abordamos a questão da apropriação da natureza, procurando apresentar e defender que este conceito é uma construção histórico-social, apresentando a mercadoria-natureza como componente do produto ecoturístico, pois é em meio aos ambientes naturais que as atividades ecoturísticas se desenvolvem – e é por meio do contato entre pessoas e natureza que se dá a possibilidade educativa do ecoturismo.

Apresentamos na seqüência, as especificidades do produto turístico e o ecoturismo como seu segmento de mercado, sendo apresentado como alternativa à sua prática. E perguntamos: qual é a posição do ecoturismo frente ao turismo convencional? O ecoturismo é apenas um turismo realizado na natureza ou é mais que isso? É uma moda ou oportunidade de mudança de comportamentos em seus praticantes? É uma revisão de valores ou é um esverdeamento do turismo para consumo dos novos turistas?

⁴ A palavra polissemia indica uma “multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução”. Sua etimologia vem do francês *polysémie* calcado no grego *polúsemos* e significa “que tem muitos sentidos” (HOUAISS, 2001, p. 2252)

⁵ Esta dissertação é sobre a questão educacional. Isso não significa que questões como a da segurança dos ecoturistas não devam ser consideradas. Elas são fundamentais para que as atividades se desenvolvam de maneira adequada. Todavia, não são alvo deste trabalho e nele não serão abordadas.

Abordamos então, a educação ambiental. O que é a educação ambiental? Quais fatos e autores influenciaram o desenvolvimento do seu conceito? Quais são suas possíveis ligações com o ecoturismo?

A Lei de Educação Ambiental (LEI 9795/99)⁶ considera o ecoturismo como uma das formas de se fazer educação ambiental não-formal. O suposto caráter de ruptura⁷ com maneiras de sentir, pensar e conduzir ações (SERRANO, 2000, p. 17) que é proporcionado pelo contato entre o ser humano e a natureza pode contribuir para este fim? Como? Qual tem sido a preocupação dos empresários do ramo em “desenvolver uma consciência ambientalista” (BRASIL, 1994, p. 19) em seus clientes-ecoturistas durante visitas à natureza? E os ecoturistas têm aproveitado as oportunidades oferecidas para rever suas atitudes no dia-a-dia?

Na escolha do referencial teórico não nos filiamos a nenhuma escola propriamente dita. Dialogamos com vários autores que apresentam coerências entre suas produções. Buscamos, em cada um deles, o auxílio para poder analisar o ecoturismo dentro dos objetivos e possibilidades deste estudo.

Entre os meses de maio e dezembro do ano de 2007 foi realizada pesquisa qualitativa com entrevista a 03 pesquisadores da área de educação e educação ambiental (movimento ambientalista) e 03 operadoras que se intitulam “ecoturísticas” ou ao menos comercializem pacotes intitulados ecoturísticos. O material coletado por meio das 05 questões realizadas em cada entrevista foi inserido no texto da dissertação procurando produzir um diálogo entre as afirmações dos representantes das operadoras e dos pesquisadores com os conceitos estudados ao longo do período de desenvolvimento deste trabalho.

Os pesquisadores entrevistados foram a Professora Doutora Célia Serrano do NEPAN – Unicamp; o Professor Doutor Zysman Neiman da Organização Não-Governamental Instituto Physis – Cultura e Ambiente e da Universidade Federal de São Carlos, e o Professor Doutor Antonio Carlos Diegues do Departamento de Antropologia

⁶ Confira a íntegra da Lei 9795/99 nos Anexos.

⁷ “O contato com a natureza é sempre uma ruptura. Sentir medo do horizonte, da altura, da profundidade, do vento, do frio, do sol escaldante, do mato fechado, do barulho dos insetos, da precariedade e do desconforto remete-nos ao rompimento de nossos comportamentos mais ‘assentados’ [...] Forçar rupturas enfrentando voluntariamente situações inesperadas fundamenta mudanças” (CASCINO, 1998, p. 9)

e Natureza da USP (Universidade de São Paulo). Cada um dos entrevistados foi escolhido por seu saber nas áreas indicadas e por acreditarmos que sua contribuição possa ser decisiva para o desenvolvimento de nosso trabalho, pois suas pesquisas e escritos têm contribuído para que possamos ver o mundo de uma perspectiva diferenciada daquela proposta pelo mercado (que como dissemos é o centro da sociedade capitalista).

Os critérios seguidos para as entrevistas com as operadoras foram (a) que as operadoras se intitulem ecoturísticas ou ao menos comercializem pacotes intitulados ecoturísticos; (b) procuramos sempre que possível entrevistar o proprietário; (c) os nomes das operadoras, assim como das pessoas entrevistadas, serão mantidos em sigilo e estas serão tratadas como Operadora 1, Operadora 2, Operadora 3.

Operadora 1: operadora de Ecoturismo da Cidade de São Paulo, membro da ABETA - Associação Brasileira de Turismo de Aventura. Foi entrevistado o proprietário da empresa que está no mercado há aproximadamente 20 anos. É uma das pioneiras do mercado brasileiro. A Empresa nasceu mediante a possibilidade dos sócios explorarem atividades que já faziam anteriormente, porém sem fins lucrativos.

Operadora 2: operadora de Ecoturismo da Cidade de São Paulo, membro da ABETA. Foi entrevistada a gerente, pois a proprietária não estava disponível para o encontro. Segundo depoimento na entrevista, a empresa nasceu de projeto particular da proprietária.

Operadora 3: operadora de Ecoturismo da Cidade de São Paulo, membro da ABETA. O proprietário trabalhou no ramo do ecoturismo e posteriormente abriu seu próprio empreendimento.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas com questões abertas (LAKATOS; MARCONI, 2001). Propusemos para os pesquisadores o tema: Para que levar pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos) para visitar a natureza? Assim, a entrevista deu-se de acordo com a dinâmica e direção escolhidas por cada um dos pesquisadores entrevistados.

Para as operadoras, fizemos as seguintes questões:

1. Para que levar pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos) para visitar a natureza? Pergunta que abre a discussão com os representantes das operadoras para conhecer suas opiniões acerca do tema em geral: as relações entre seres humanos e natureza e a possível apropriação das incursões ao ambiente natural por conta do ecoturismo. Fizemos a pergunta de maneira genérica e sem ‘preparo’ para que pudéssemos captar a espontaneidade dos entrevistados.
2. Sua empresa vê diferenças entre ecoturismo e turismo ‘convencional’? Nesta questão já aprofundando a temática, procuramos conhecer o que a operadora entrevistada considera como ecoturismo e quais as diferenças para o turismo convencional. É ainda um tema amplo, no qual esperamos obter pontos para reflexão sobre a linha que divide e – paradoxalmente une – ecoturismo e turismo convencional e colocar em debate com a questão das reflexões propostas na parte teórica acerca da relação entre ambos.
3. Como sua empresa vê a relação entre ecoturismo e educação ambiental? Pensando em focar mais ainda na relação debatida pela dissertação, procuramos abordar aquilo que as operadoras compreendem da relação entre ecoturismo e educação ambiental. Como não perguntamos diretamente o que eles entendem por educação ambiental, pressupomos que para dizer da relação, as operadoras apresentem suas próprias definições.
4. Quanto ao planejamento das atividades de educação ambiental nas atividades ecoturísticas comercializadas por sua empresa, há alguma fundamentação teórica para o trabalho de campo? Esta questão é de central importância, pois aborda diretamente a questão do planejamento das atividades de educação ambiental e quer saber se há fundamentação teórica, ou seja, se as operadoras têm algum tipo de preocupação em elaborar – intencionalmente – programas educativos em seus pacotes.
5. Como são trabalhadas as questões da educação ambiental pelos condutores de grupos junto aos turistas? Por fim, abordamos a ação diretamente relacionada ao papel dos condutores de grupos. Qual é a importância que o profissional que está guiando o grupo de ecoturistas tem no processo educativo?

Apresentamos, ao final da dissertação, a crítica conceitual acerca das relações entre os assuntos abordados - ecoturismo, consumo, turismo, natureza e educação ambiental, procurando questionar o conceito de alternativo que o ecoturismo tem em relação ao turismo convencional.

É importante debater o ecoturismo para possibilitar a contextualização de sua posição na cultura de consumo e sua relação com a educação ambiental, tentando lançar novos olhares sobre a temática, contemplando diferentes pontos de vista. É um exercício de compreensão da síntese que resulta do encontro entre os temas aqui em discussão. Todas as fases desta análise dialogam entre si e participam de um determinado nível de articulação, não sendo pretensas formas de se concluir o assunto.

A justificativa acadêmica deste estudo está em sua contribuição com o debate em torno do ecoturismo, pois se por um lado muitas obras já publicadas discutem as dimensões do ecoturismo, seus impactos, potencialidades, e possibilidades, os planos de gestão, a conservação da natureza em parques nacionais e capacitação de profissionais, por outro há carência de material que levante questionamentos sobre o ecoturismo nas óticas da cultura de consumo, da sociedade do espetáculo, e da modernidade líquida. Grande parte dos estudos apresentados sobre o tema em livros até hoje publicados não contemplou tais questões com profundidade, portanto, procuramos com este trabalho questionar as idéias correntes, tanto as de mercado como dos estudos acadêmicos.

Em suas pesquisas sobre a produção acadêmica a respeito do turismo no Brasil, o professor Ouriques identifica quatro linhas de interpretação e análise (correntes liberal, planejamento estatal, pós-moderna e a crítica) e afirma que há uma hegemonia no tratamento do assunto com a “massificação de um discurso dominante, ideologicamente pró-turístico, absorvido sem nenhuma análise em pesquisas acadêmicas” (OURIQUES, 2005, p. 69-70), que apresenta carências fundamentais por não considerar modelos analíticos que considerem a complexidade do tema.

É importante que citemos que a produção crítica referente ao turismo e ecoturismo existe. No ambiente desta produção, as seguintes obras organizadas e publicadas são fundamentais para esta dissertação.

O livro *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente* (2001)⁸, organizado pelas pesquisadoras Célia Serrano e Heloisa Bruhns foi resultado de um workshop sobre turismo e ambiente realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Unicamp em maio de 1995 com a preocupação de inserir o debate sobre o tema, até então marginalizado pela academia. O tom crítico perpassa o livro apontando para a possibilidade do turismo ser um veículo que consegue transformar em “mercadoria os últimos redutos da natureza intocada [mas também que] valoriza novos conhecimentos, auto-reflexão [...e que pode ser] um lazer que não se reduz ao consumo de bens materiais⁹” (SERRANO, 2001, p. 9).

O livro *Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental* (2000), organizado por Célia Serrano é um marco nas análises das relações entre o ecoturismo e a educação ambiental, pois já analisa tal relação levando em consideração que as origens alternativas e críticas de ambos os conceitos foram “incorporadas pelo mercado (turístico e educacional) permitindo também sua interpretação como mais um artifício para a continuidade da reprodução da lógica capitalista” (SERRANO, 2000, p. 7)

Em *Olhares contemporâneos sobre o turismo* (2000), livro organizado por Célia Serrano, Heloisa Bruhns e Maria Tereza Luchiari há debates sobre “As ciências sociais aplicadas ao turismo” numa leitura do mesmo sob um olhar “socioantropológico” (BARRETO, 2000, p. 17). O livro busca ampliar o debate acadêmico que gira até então basicamente em torno das questões econômicas. O “desenvolvimento sustentável e a atividade turística” são foco do texto no qual a professora e pesquisadora Arlete Moysés Rodrigues busca realizar uma análise crítica das atividades turísticas e da complexidade da “produção e do consumo do espaço” (RODRIGUES, 2000, p. 173). O professor Fábio Cascino procura pensar “a relação entre educação ambiental e ecoturismo” (CASCINO, 2000b, p. 204).

Outra importante fonte de fundamentação para este trabalho é o livro *A produção do turismo: fetichismo e dependência*¹⁰ (2005) de Helton Ouriques.

⁸ O livro foi lançado em 1997 e a 4ª edição é a de 2001.

⁹ Citação extraída do Prefácio do livro, assinado por Daniel Joseph Hogan

¹⁰ OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Ed. Alínea, 2005. 159 p. (Sob orientação do professor Antonio Almeida, foi realizada uma análise desta obra que se tornou fundamental para o desenvolvimento da presente dissertação)

Ao início deste estudo, acreditamos que fazer a análise do mercado turístico a partir das pesquisas acadêmicas sobre o ecoturismo bastaria aos propósitos traçados. No entanto, por meio da leitura do livro do professor Ouriques pudemos perceber que a própria produção acadêmica sobre o tema revela um discurso predominantemente pró-turístico, como já foi dito. Neste trabalho, procuramos desenvolver uma visão crítica que “pauta-se pelo pressuposto de questionar o caráter intrinsecamente benéfico do desenvolvimento turístico” (OURIQUES, 2005, p. 83). Tal obra também colabora com o alargamento das discussões sobre a Sociedade do Espetáculo de Guy Debord (2004) em sua aplicabilidade ao estudo do turismo. Isso permitiu melhorar a análise do ecoturismo como atividade espetacular.

As obras *Conservar e Criar: natureza, cultura e complexidade* (2005) de Rita Mendonça e *À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse* (2003) de Rita Mendonça e Zysman Neiman são importantes, pois abordam as idéias da complexidade da atividade e do caráter educativo que o contato entre seres humanos e natureza pode ter. É nossa intenção contribuir com as discussões iniciadas por tais autores.

Como contribuição social, este estudo sobre o ecoturismo e suas diversas relações contemporâneas visa gerar material que possibilite novas reflexões por parte de empresas, seus profissionais e ecoturistas. Com mais informações a respeito do tema, os últimos podem buscar empresas que tenham preocupações educacionais ao desenvolver as atividades ecoturísticas. Pretendemos levar uma nova leitura do tema para além da academia, pois acreditamos que “todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”. (SANTOS, 2003, p. 88-92). Assim, as reflexões aqui propostas têm o intuito de colaborar com os atores envolvidos no pensamento e na ação do ecoturismo no sentido de aproximá-los.

Por conta dos limites acadêmicos para o desenvolvimento de um mestrado, não é intuito desta dissertação realizar “grandes retomadas históricas, em repetições, em contextualizações muito amplas” (SEVERINO, 2000, p. 153). Este trabalho foi desenvolvido para que o leitor possa encontrar respaldo teórico e linhas de investigação apontadas nas notas de rodapé ou na bibliografia indicada para aprofundar os temas abordados. Algumas perguntas propostas durante o texto têm a intenção de contribuir com novas

pesquisas sobre o tema.

Foram realizadas várias consultas ao dicionário¹¹ na busca do sentido comum das palavras para aprofundá-las de acordo com a necessidade de sua compreensão. Várias delas tomam significado específico em determinados autores, pois quando trabalhamos com o pensamento teórico da ciência ou filosofia, alguns conceitos “adquirem significado unívoco, preciso e delimitado” (SEVERINO, 2000, p. 189) em determinados autores e nestes casos, a compreensão de tais conceitos é bem mais específica que na de uso em vocabulário cotidiano.

¹¹ O uso do dicionário é uma necessidade pessoal do autor, portanto, por si só justificada.

2 A CONTEMPORANEIDADE E SEUS CONDICIONANTES.

É preciso correr o máximo que você puder
para permanecer no mesmo lugar.
Se quiser ir a algum outro lugar,
deve correr pelo menos duas vezes
mais depressa do que isso.

LEWIS CARROLL

O tempo histórico atual é chamado de contemporaneidade. Contemporâneo é aquele que vive na mesma época (HOUAISS, 2001). Somos, pois contemporâneos uns dos outros. A contemporaneidade é chamada por vários nomes entre os sociólogos. É conhecida como modernidade tardia (HALL, 2000) e como modernidade líquida, conceito que tomamos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (BAUMAN, 2001). Podemos ainda dizer que vivemos numa condição pós-moderna (HARVEY, 2003)¹². Outros autores também abordam a questão. Para efeitos desta dissertação adotaremos aqui as obras de Hall (2000), Bauman (2001) e Harvey (2003) como referência.

Hobsbawn (1998) afirma que a partir do terceiro quarto do século XX iniciou-se entre os intelectuais a tentativa de explicação para os fenômenos que aconteciam num mundo que vivia uma revolução social¹³. O prefixo *pós-* é inserido na tentativa de se explicar tal revolução.

Há várias maneiras de se interpretar nosso tempo e sociedade e os nomes surgem com a velocidade típica da atualidade. Tal estudo pode nos fornecer algumas reflexões importantes para apreendermos melhor o que se passa com o ecoturismo, afinal este é um fenômeno da pós-modernidade. Analisaremos então, as questões da velocidade e das fragmentações pós-modernas e a superficialidade que partir delas surge como consequência. Acreditamos que tais características diferenciam a contemporaneidade de outros períodos históricos.¹⁴

¹² Utilizamos-nos da 12ª edição da obra de Harvey "A condição pós-moderna" relançada no ano de 2003, todavia, tal obra foi lançada em 1989, sendo então, anterior à obra de Bauman (2001)

¹³ Conferir HOBBSAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras. 1998, especialmente o capítulo 10 (A revolução social – 1945-90) e o capítulo 11 (Revolução Cultural).

¹⁴ É importante afirmarmos que esta não é uma tese histórica, portanto, os limites desta dissertação nos levam a abordar alguns assuntos de maneira breve.

Podemos perceber que nosso mundo parece estar mais rápido. Por um lado cotidianamente ouvimos que as vinte e quatro horas do dia já não são mais suficientes para que façamos tudo que nos é (im)posto. O mesmo pode ser dito, quando observamos o passar dos dias, semanas e meses do ano. O espanto surge quando percebemos que ‘o ano já passou’. Comumente ouvimos das pessoas que as coisas já não são mais como ‘eram em meu tempo’. Por outro lado, no dia-a-dia somos pais, mães, filhos, estudantes e professores. Vamos ao trabalho, em reuniões de negócios, em congressos; à academia, ao clube, ao cinema ou à igreja. Participamos ao final do dia, da reunião do condomínio. Somos consumidores e eleitores. Muitos dedicam parte do seu tempo e suas habilidades a trabalhos voluntários em instituições, escolas etc. Quase que diariamente, vamos à escola e lá estudamos os mais diversos assuntos: geografia, matemática, gestão de pessoas, química, educação física etc. Realizamos as mais variadas tarefas e cumprimos os mais diversos papéis sociais no período de vinte e quatro horas que compõem um dia. Quando podemos, viajamos, nos distraímos e fazemos turismo.

Na correria do dia-a-dia acabamos não aprofundando as coisas afinal, não há muito tempo disponível. Mas, por que será que temos esta sensação? Vejamos então, algumas características que condicionam nosso tempo.

A impressão de que ‘o dia está mais curto’ ou de que ‘o tempo está passando mais rápido’ tem origem no fenômeno chamado compressão espaço-tempo (BAUMAN, 2001; HARVEY, 2003) de fundamental importância para compreendermos este momento histórico. Doravante, denominaremos tal fenômeno por velocidade. Esta chega a seu quase-limite: vivemos no instantâneo e esta nova instantaneidade do tempo “conduz a cultura e a ética humanas a um território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido” (BAUMAN, 2001, p. 149). Tudo ao mesmo tempo agora parece ser o lema dos nossos dias.

O século XX é o grande palco, especialmente o período após a Segunda Guerra Mundial para o rápido desenvolvimento dos transportes, dos sistemas de comunicação e, mais recentemente, da informática (HOBBSAWM, 1995; CASCINO, 2000a). Fatores que contribuíram para a aceleração da vida. Vivemos no tempo da aceleração da

produção, pois é imperativo que se produza mais e mais, numa velocidade cada vez maior. Igualmente podemos perceber a questão da aceleração do consumo e da renovação das necessidades nos consumidores. Compreender o fenômeno dos ditames da moda nos parece elucidativo. Os mercados de massa da moda puderam fornecer uma forma de “acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividade de recreação” (HARVEY, 2003, p. 258). É válido lembrar o comentário de Robert Kurz, que afirma que tudo que vira moda perde sua condição de crítica, pois “a moda é o oposto da crítica. Crítica radical não pode virar modismo sem perder a alma” (JAPPE, 1999, p. 5). Será o ecoturismo uma moda?

Vivemos em constante aceleração. É o tempo do crescimento econômico, do sempre mais: mais escolas, mais informações, mais trabalho, mais anos de vida, mais mercadorias, mais viagens, mais turismo.

Por conta desta velocidade, as distâncias se encurtam para alguns, especialmente aqueles que detêm a possibilidade do deslocamento rápido, podendo cobrir – e dominar – assim, uma área maior afinal, vivemos hoje “num mundo de rapidez e fluidez” (SANTOS, 2000, p. 83) no qual “a velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição principal de ferramenta do poder e da dominação” (BAUMAN, 2001, p. 16). A modernidade

‘fluida’ não tem função para a duração eterna. O ‘curto prazo’ substitui o ‘longo prazo’ e fez da instantaneidade seu ideal último. Ao mesmo tempo em que promove o tempo ao posto de contêiner de capacidade infinita, a modernidade fluida dissolve, obscurece e desvaloriza sua duração (BAUMAN, 2001, p. 145).

A contemporaneidade é o período histórico no qual o tempo é desvalorizado e desqualificado, ou seja, sem preocupação com sua qualidade, apenas a quantidade, afinal *Time is Money*. A velocidade torna-se assim um “contexto para a ‘quebra do consenso’ e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação” (HARVEY, 2003, p. 259).

A pós-modernidade é processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas e tais fragmentações são encontradas em várias dimensões, iniciadas no período da modernidade (HARVEY, 2003).

Para compreendermos estas características é necessário que revisemos brevemente o que acontece no período denominado modernidade. Bauman apresenta este período desde seu início como um processo de liquefação dos sólidos pré-modernos como as lealdades tradicionais, os direitos e obrigações dos costumes, do passado, da tradição, abrindo caminho para libertar a “empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama de obrigações éticas [para] deixar restar somente o ‘nexo dinheiro’” (BAUMAN, 2001, p. 7-22). Somente assim a economia pode tornar-se a base da vida social.

Foi na modernidade que se iniciou a fragmentação do conhecimento e da investigação científica no desenvolvimento das ciências, com a especialização do saber (e agora com a hiper-especialização do mesmo). O método científico assentou-se na redução da complexidade do mundo a qual a mente humana é incapaz de compreender completamente. Conhecer passou a significar dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou; conhecer significa quantificar, pois aquilo que não é quantificável é cientificamente irrelevante (SANTOS, 2003).

Se de um lado, o desenvolvimento do cálculo na ciência moderna permitiu um grande avanço na tecnologia o qual se reflete no cotidiano, por meio do conforto doméstico, da velocidade dos meios de transporte, dos avanços da medicina; de outro, levou a um afastamento da questão qualitativa mediante a qual a humanidade encarava o mundo e o tempo. O princípio que se impõe é o da racionalização baseada “no cálculo, na possibilidade do cálculo” (LUKÁCS, 1989, p. 102). E, para tanto foi necessária sua especialização, produzindo / permitindo a fragmentação da produção, assim

com a capitalização radical da sociedade, a automatização técnica das manipulações parciais e produtivas exprime-se, também economicamente, pela autonomização das operações parciais, pela relativização crescente do caráter mercantil de um produto nas diferentes etapas da sua produção. (LUKÁCS, 1989, p. 103)

Isso permitiu igualmente o desenvolvimento de um sistema mecânico praticamente independente do ser humano, tornando-o mero apêndice, um ser que contempla o que a máquina faz, pois a produção devidamente calculada deve seguir seu próprio ritmo e assim sendo cada vez mais a própria atividade do trabalhador “perde o seu caráter de atividade para se tornar numa atitude contemplativa.” (LUKÁCS, 1989, p. 103).

A racionalização da produção fragmenta seu objeto e força também a “fragmentação do sujeito” (LUKÁCS, 1989, p. 103). No desenvolvimento de tal processo as relações entre pessoas passam a ser mediadas por coisas produzidas – as mercadorias. O conseqüente (re)posicionamento contemplativo deste sujeito frente à produção, à vida etc. teve conseqüências fundamentais para o desenvolvimento do que Debord (2004) chama de a sociedade do espetáculo. Perceber a perda da visão da totalidade, conseqüência principal das fragmentações citadas é importante para essa dissertação.

É nessa realidade fragmentada pela racionalização imposta pela mercadoria que pode surgir o ‘trabalhador livre’ para vender sua força de trabalho. Tal condição é a “expropriação violenta do tempo” (DEBORD, 2004, p. 108) do trabalhador.

Tal processo extrapola as linhas de produção das fábricas, os limites dos muros das escolas, passando a “ser o destino geral de toda a sociedade” (LUKÁCS, 1989, p. 105), pois o trabalho assalariado agora é parte do cotidiano do cidadão e esta realidade é posta de tal maneira que “também aqui a personalidade se torna espectador impotente de tudo o que acontece à sua existência, parcela isolada e integrada num sistema estranho” (LUKÁCS, 1989, p. 104).

O senso de comunidade, criado pelo trabalho realizado de forma ‘orgânica’ também se esvai, pois a produção agora mecanizada faz com que os laços sociais se enfraqueçam tornando-se “átomos isolados e abstratos” (LUKÁCS, 1989, p. 105). Com a subjetividade do trabalhador fragmentada, tais condições tornam-se ideais para a instauração de um mercado que satisfizesse as necessidades das pessoas – agora, consumidores – através da produção de nova subjetividade.

Como conseqüência de um período marcado por esta velocidade (compressão espaço-tempo) e fragmentação forma-se um tempo que tem por característica a

superficialidade. Um mundo no qual tudo tem significado vago, nada se afirma com certeza, com tendências a um relativismo que compromete a afirmação; um tempo no qual tudo é possível.

Da noção de superficialidade podemos perceber que é característica de nosso tempo o não aprofundamento de reflexões, ficando assim “difícil formular uma idéia contínua e, por conseguinte, uma ação contínua que possa ser plantada, que germine e que dê frutos”. (CASCINO; HINTZE, no prelo)

Associado a esses três condicionantes (velocidade, fragmentação e superficialidade) há a noção de descartabilidade em nossa sociedade, da qual podemos citar exemplos banais como do copo plástico ou da lata de alumínio¹⁵, ícones do transitório (BAUMAN, 2001) em nosso dia-a-dia. O produto turístico também vivencia o descarte dos lugares, culturas, pessoas. Tal descartabilidade significa “ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”. (HARVEY, 2003, p. 258).

A discussão sobre as características da contemporaneidade nos auxilia a situar e compreender os fenômenos que nela ocorrem. Vivemos num tempo em que toda afirmação é dificultada. As demandas são rápidas e variadas, trocamos raízes e profundidade por “rizoma/superfície” (HARVEY, 2003, p. 48) e os processos de longa duração, como os educativos têm sua práxis comprometida. É muito difícil formular uma idéia de profundidade, uma ação contínua que provoque mudanças. É um tempo que favorece o ‘farefismo’¹⁶, pois o mercado impôs-se e passou a determinar rumos e resultados, ou seja, produtos. Passemos a analisar a cultura de consumo que é uma cultura tipicamente pós-moderna (FEATHERSTONE, 1995, p. 122).

¹⁵ Para um aprofundamento nesta questão, vale à pena conferir o artigo de Phillippe Pomier Layrargues intitulado “O Cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental”. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

¹⁶ Embora a palavra ‘tarefismo’ não conste dos dicionários da Língua Portuguesa, optamos por construí-la entre aspas de forma declaradamente pejorativa para indicar que o cumprimento das tarefas impostas pelo tempo do capital tende a esvaziar o conteúdo das ações e suas possíveis reflexões. A língua portuguesa permite tal manobra, pois potencialmente há para cada nome próprio um derivado do sufixo –ismo (HOUAISS, 2001, p. 1655)

2.1 A cultura de consumo

Na imagem da feliz unificação da sociedade pelo consumo, a
divisão real fica apenas *suspensa*
até a próxima não-realização consumível.

DEBORD

Afirmar que vivemos na cultura de consumo – ou sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 2005) – equivale a enfatizar que “o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea” (FEATHERSTONE, 1995, p. 121). O entendimento de tal cultura tem três perspectivas fundamentais: a primeira diz sobre a expansão da produção das mercadorias e da acumulação de bens e locais de consumo; a segunda é sobre a utilização das mercadorias por parte das pessoas para criar vínculos ou possibilitar distinções sociais; e a terceira refere-se aos prazeres proporcionados pelo consumo e à existência de locais apropriados para a excitação física e os prazeres estéticos (FEATHERSTONE, 1995, p. 31).

Tais perspectivas são importantes para esta dissertação especialmente considerando-se o estudo dos efeitos da exploração ecoturística em seu apelo educacional.

Ao tratarmos da sociedade de consumidores abordamos mais que o simples gosto pelo consumo como algo banal, para o qual os consumidores dedicam boa parte do seu tempo, mas afirmamos também que

a percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações que o evocam e estruturam tende a ser orientados pela ‘síndrome consumista’ de predisposições cognitivas e avaliativas. A ‘política da vida’, que contém a Política com ‘P’ maiúsculo, assim como a natureza das relações interpessoais, tende a ser remodelada à semelhança dos meios e objetos de consumo e segundo as linhas sugeridas pela *síndrome consumista*. (BAUMAN, 2007, p. 109)

A cultura de consumo desenvolve-se no período no qual o foco do capitalismo desvia-se da produção para o consumo, levando assim o mercado para o centro da

sociedade contemporânea e a mercadoria, para o centro de tal mercado (NOBRE, 2005). Situar e compreender o ecoturismo no contexto da cultura de consumo é fundamental a este estudo, pois o ecoturismo é na atualidade o segmento do mercado turístico que mais tem crescido, segundo as estatísticas de órgãos oficiais mundiais¹⁷ tais como a Organização Mundial do Turismo, por exemplo. Esses números que chegaram a alcançar a casa dos 30% ao ano (WEARING; NEIL, 2001). O crescimento indicado motivou uma produção acadêmica sobre o assunto, que em sua maior parte tem como preocupação, aspectos econômicos, mesmo quando tangencia questões ambientais, por exemplo¹⁸.

Ao operar sob a perspectiva da expansão da produção de mercadorias e locais de compra, a cultura de consumo tende a transformar tudo em mercadoria e assim dar continuidade a uma única dinâmica: a do capitalismo para gerar lucro. Tudo se torna consumível, inclusive tempo e experiência, natureza e consciência. Afinal o processo de produção de mercadorias é constante e implacável; tudo se transforma em produto, venda, negócio, pacote. Para Bauman

o mercado de consumo é a versão século XX (reconhecidamente mutante) do sonho do Rei Midas tornado realidade. O que o mercado toca, não importa o que seja, transforma-se em mercadoria de consumo – incluindo as coisas que tentam escapar a esse domínio e até os meios e as formas utilizados em suas tentativas de escape. (BAUMAN, 2007, p. 118)

Na cultura de consumo, o produtor capitalista em sua ação tem cada vez mais o

‘papel de alcoviteiro’ entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas – tudo isso para que possa exigir o numerário pelo seu serviço de amor (HARVEY, 2003, p. 99).

Percebemos assim que o mercado tem uma fome insaciável e vai transformando tudo em mercadoria. Nada escapa a tal processo, nem mesmo “os meios e as formas

¹⁷ Embora, este tema tenha amplitude mundial, devido aos limites desta dissertação vamos abordá-lo no contexto nacional.

¹⁸ Neste sentido a obra de Ouriques é relevante, pois traz um panorama da produção sobre turismo no Brasil. (OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Ed. Alínea, 2005. 159 p.)

utilizados em suas tentativas de escape” (BAUMAN, 2007, p. 118).

Mas afinal, qual é a lógica da mercadoria? No vocabulário cotidiano, uma mercadoria é “qualquer produto suscetível de ser comprado ou vendido” (HOUAISS, 2001, p. 1897). Mas, na busca de respostas para as questões de nosso tempo abordadas nesta pesquisa devemos passar pela “solução do enigma da estrutura da mercadoria” (LUKÁCS, 1989, p. 97), pois tal questão assume posição essencial em nossa sociedade, afinal desde a modernidade

o problema da mercadoria não aparece apenas como um problema particular nem mesmo como o problema central da economia tomada como uma ciência particular, mas como problema central, estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais. Só assim é possível descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa (LUKÁCS, 1989, p. 97).

A mercadoria apresenta-se como algo corriqueiro e banal, mas influencia totalmente a vida da sociedade em seus vários aspectos: social, político, cultural etc. O “dinheiro e a troca no mercado põem um véu, ‘mascaram’ as relações sociais entre as coisas” (HARVEY, 2003, p. 98) fazendo-as parecer relações entre pessoas. Essa ilusória transparência torna opacas relações entre os consumidores e aqueles que produziram as mercadorias que são consumidas. Nas relações de compra e venda no mercado os consumidores não reconhecem nenhum afeto por quaisquer sofrimentos, privações, dramas pessoais dos indivíduos que produziram tais mercadorias. É apenas com a mercadoria (e com o dinheiro pago por ela) que se dá a única relação.

Especificamente quanto ao turismo, Mario Beni, estudioso desse tema no Brasil, comenta que

quanto aos bens subjetivos ou imateriais não-apropriáveis, de difícil valoração, como o ar puro, o mar, as belezas naturais, é indubitável que estão hoje adquirindo, como nunca altos valores econômicos devido aos conglomerados urbanos sempre crescentes e às dificuldades de fruição, por todos, de um estilo de vida natural. Sua apropriabilidade traduz-se na sua capacidade de utilização coletiva (BENI, 2000, p. 38).

Beni descreve o produto turístico e, sem se dar conta, nos leva a refletir sobre a apropriação “irrestrita de praticamente todos os temas da sociedade pelo mercado” (SERRANO, 2000, p. 10) que Bauman compara ao sonho do Rei Midas. As

considerações sobre a cultura de consumo e suas implicações passam ao largo das produções dos autores de algumas correntes de análise do turismo.

O ecoturismo nasceu como alternativa ao turismo convencional em sua fase de exploração de massa, como possibilidade de uma nova forma de contato entre seres humanos e natureza e atualmente encontra-se mergulhado em disputas mercantis, como mais uma mercadoria.

As questões até aqui abordadas são importantes se considerarmos a produção de subjetividade pelo sistema capitalista, ao tornar a natureza uma mercadoria e o ser humano em consumidor da natureza.

2.2 A sociedade do espetáculo

Debord escreveu muito pouco,
porque só o fez quando lhe pareceu necessário.

JAPPE

Vivemos atualmente o que Debord (2004) considerou a Sociedade do Espetáculo. No vocabulário do cotidiano, espetáculo significa tudo aquilo que chama e prende a atenção de um público. Algo que chama a atenção pela beleza, por sua maestria ou pela grandiosidade. Um espetáculo é algo excepcionalmente interessante. Sua etimologia vem do latim “*espectaculum*: vista, aspecto, chamar a atenção pública, jogos públicos; derivado de *espectare*: olhar, observar atentamente, contemplar” (HOUAISS, 2001, p. 1229). Palavras que no sentido geral indicam uma atitude contemplativa, de passividade. Assim, a interpretação inicial dessas palavras apresenta uma dupla possibilidade. Ao mesmo tempo em que elas permitem uma primeira aproximação, podem igualmente cumprir o papel da banalização do conceito, pois apresentam apenas a superfície do que é o espetáculo Debordiano. Esse vai além dessas definições de dicionário levadas ao pé da letra e sua leitura acrítica colabora com sua banalização, pois o Espetáculo é freqüente – e propositalmente – confundido com uma crítica aos meios de comunicação de massa (JAPPE, 1999). Debord alerta que

se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa”, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade (DEBORD, 2004, p. 20-21)

Para além de uma crítica aos meios de comunicação de massa, a teoria do Espetáculo pretende-se uma teoria crítica da sociedade contemporânea, apresentando a sociedade atual como aquela na qual mais se desenvolveu o sentido do fetichismo da mercadoria, sendo que este conceito se constitui como a “chave para compreender o mundo de hoje” (JAPPE, 1999, p. 15), resgatando parte central do pensamento de Marx.

O desenvolvimento do Espetáculo até chegar a seu estágio atual contou com dois momentos decisivos na história da dominação da economia sobre a vida social. Num primeiro momento houve uma degradação do sentido do ‘ser’ para o do ‘ter’. E na fase atual quando a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, “leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo ‘ter’ efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última” (DEBORD, 2004, p. 18). Esta transição entre ser, ter e parecer favorece a descartabilidade de tudo aquilo que é considerado sem mais valor.

No processo de empobrecimento da vida, por conta da fragmentação e separação, a sociedade perde todo seu aspecto unitário. Para Debord em referência a tais fragmentações, o Espetáculo consiste na “recomposição, no plano da imagem, dos aspectos separados”, (JAPPE, 1999, p. 20), afinal ele é a “perda da unidade do mundo” (DEBORD, 2004, p. 23).

O capitalismo em seu desenvolvimento promove a decomposição da vida cotidiana, na qual a racionalidade da mercadoria – agora das imagens, pois “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens” (DEBORD, 2004, p. 14) – perpassa todas as relações humanas.

Espetáculo é o “discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório” (DEBORD, 2004, p. 20), afinal nessa sociedade não há mais diálogo e “o espetáculo não deseja chegar a nada mais que não seja ele

mesmo” (DEBORD, 2004, p. 17). Tal monólogo, ao mesmo tempo em que abarca toda a sociedade, representa apenas uma parte dela e é igualmente o “instrumento com o qual esta parte domina a sociedade inteira” (JAPPE, 1999, p. 21). Enquanto isso o cidadão, agora consumidor, o contempla como espectador passivo, pois “a contemplação passiva de imagens, que ademais foram escolhidas por outros, substitui o vivido e a determinação dos acontecimentos pelo próprio indivíduo.” (JAPPE, 1999, p. 19).

Assim como na religião, o espetáculo obedece ao mesmo mecanismo que projeta ‘no céu’ a finalidade última da vida ‘na terra’. Afinal, no espetáculo assim como na religião “cada momento da vida, cada idéia e cada gesto só encontram seu sentido fora de si mesmo” (JAPPE, 1999, p. 22). É o desenvolvimento de uma idéia, que descontrola (autonomizada), domina seu criador. Os deuses criados pela humanidade a dominaram e o espetáculo nada mais é que “a reconstrução material da ilusão religiosa” (DEBORD, 2004, p. 19), produzindo assim

a alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo (DEBORD, 2004, p. 24).

A economia não atende mais aos desejos humanos, visa apenas sua própria reprodução num processo sem fim e com isso torna-se um processo alienante (JAPPE, 1999), pois “a economia transforma o mundo, mas o transforma apenas em mundo da mercadoria” (DEBORD, 2004, p. 30), submetendo a si toda vida humana. O espetáculo é o “dinheiro que apenas se olha, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata” (DEBORD, 2004, p. 34).

Para Debord, a necessidade contínua de busca de lucro, de aumento da natureza do valor subordina toda a vida humana e despreza o trabalho realizado para que se atinja este fim. Tal necessidade visa apenas a produzir, no fim de seu ciclo, uma quantidade de valor - sob a forma de dinheiro - maior do que possuía no início (JAPPE, 1999, p. 32).

Estas relações não estão presentes apenas na questão do trabalho, pois o ultrapassam e tomam conta da vida em sua totalidade. Se durante a fase inicial do

capitalismo, o proletário deveria apenas cumprir o papel de operário, quando um determinado nível de produção é atingido, o proletário é convocado a participar do sistema econômico de outras maneiras e

subitamente lavado do absoluto desprezo com que é tratado, em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então, o humanismo da mercadoria se encarrega dos “lazer e da humanidade” do trabalhador (DEBORD, 2004, p. 31).

A economia invade completamente a vida social, por meio do consumo, dos lazeres etc., pois “não só o trabalho, mas também as outras atividades humanas, o que se chama de tempo livre, são organizados de modo a justificar e a perpetuar o modo de produção vigente” (JAPPE, 1999, p. 25). O lazer dirigido segue o mesmo ritmo do trabalho alienado. A atitude meramente contemplativa, antes característica do trabalho agora se estende por todo o conjunto de atividades sociais, pois o espetáculo é a “afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre desta escolha” (DEBORD, 2004, p. 14-15), colocando o lazer assim em condição de atividade alienada, pois obedece igualmente à lógica da continuidade do capital. Consideramos tal mecanismo como compensatório (lazer para compensar o trabalho) e como válvula de escape, um lazer alienante no qual se extravasam as pressões de um trabalho alienado. Isso implica na invasão de toda a vida social. Nas palavras de Jappe, “tudo o que falta à vida se encontra nesse conjunto de representações independentes que é o espetáculo” (JAPPE, 1999, p.20). Os indivíduos estão socialmente isolados e só encontram “sua unidade no espetáculo” (JAPPE, 1999, p. 20). Porém, “o espetáculo reúne o separado, mas o reúne *como separado*” (DEBORD, 2004, p. 23) reforçando assim sua própria condição, o que equivaleria dizer que quanto mais o indivíduo sente-se separado, mais ele precisa do Espetáculo – como forma de pseudo-integração – e quanto mais se precisa do Espetáculo, mais se separa.

Historicamente é importante notarmos que na década de 1960 perde-se a esperança de que a classe dos operários tivesse chance de reverter o processo de consolidação do atual sistema. A massa de oprimidos já não é composta apenas pelos trabalhadores de indústria, mas sim por todos os assalariados, pequenos produtores etc

(FREITAG, 2004). É, enfim, a “proletarização do mundo” (DEBORD, 2004, p. 22).

A substituição do tempo ‘qualitativo’ por um ‘quantitativo’ na racionalidade da produção torna-o tempo-mercadoria, uma acumulação infinita de intervalos equivalentes. Desvalorizado representa a “inversão completa do tempo como ‘campo de desenvolvimento humano’ [...] um tempo pseudocíclico [...enfim] tempo espetacular” (DEBORD, 2004, p. 103-105). Esse tempo pseudo-cíclico não está baseado apenas em traços naturais do tempo, ele cria “novas combinações homólogas: o dia e a noite, o trabalho e o descanso semanais, e a volta dos períodos de férias” (DEBORD, 2004, p. 104)

O tempo de lazer se torna uma imagem social para o consumo. É uma mercadoria espetacular dominada por momentos de lazer e de férias que são alvo de grande desejo. Esta mercadoria deve ser oferecida como um “momento da vida real, cujo retorno cíclico deve ser aguardado” (DEBORD, 2004, p. 106). No entanto, em tais momentos concedidos à vida ainda é o espetáculo que se “mostra e se reproduz, atingindo um grau mais intenso. O que foi representado como a vida real revela-se apenas como a vida mais realmente espetacular” (DEBORD, 2004, p. 106).

O consumo que tem como missão preencher o tempo livre dos trabalhadores passa a ser a resposta para a felicidade. A mídia oferece a ilusão de que “a felicidade não precisa ser adiada para o futuro, por já estar concretizada no presente” (FREITAG, 2004, p. 72-73).

Enfim, em Debord o espetáculo não é apenas dinheiro ou bens materiais, mas “toda a extensão da sociedade é seu retrato” (DEBORD, 2004, p. 34), afinal tudo se tornou mercadoria. O espetáculo é o “vínculo abstrato que a troca institui entre os homens” (JAPPE, 1999, p. 36), o momento em que a questão da mercadoria nesta sociedade toma uma dimensão tão concentrada que se torna imagem, como no irônico aforismo que o próprio Debord faz em alusão a um dos pensamentos de Marx dizendo que “toda a vida das sociedades em que reinam as condições modernas de produção apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 2004, p.13). Assim, a questão da imagem é ponto fundamental para o entendimento da sociedade do espetáculo, pois

quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana (DEBORD, 2004, p. 18).

A compreensão deste fato poderá nos ajudar a situar o ecoturismo no contexto das atividades espetaculares, as quais se dão pelo consumo de imagens, sejam elas da natureza, sejam das comunidades receptoras ou de outras apropriações. Considerando o turismo – e por parentesco o ecoturismo – como circulação humana em busca de um consumo que se resume num lazer de idas e vindas para ver o que se tornou banal no “seio das mesmas redundâncias de imagens e comportamentos” (GUATTARI, 2001, p. 8) temos que o planejamento econômico da frequência dos diferentes lugares já garante a sua equivalência, pois “a mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço” (DEBORD, 2004, p. 112).

3 ECOTURISMO NA CULTURA DE CONSUMO

Os pregadores da igreja só podem
prometer o paraíso após a morte,
enquanto que no turismo
ele já nos é oferecido aqui na terra
R. O'GRADY.

Para compreender o ecoturismo é necessário conhecer um pouco sobre o turismo. No âmbito desta dissertação é necessário investigar o turismo convencional de acordo com a produção científica da tendência hegemônica.

3.1 O turismo convencional na tendência hegemônica¹⁹

O ser humano sempre se movimentou pelo planeta. Deslocar-se é típico da raça humana; a viagem é um fato conhecido e abordado por vários estudos. Em amplo sentido, é na viagem que a humanidade tem realizado sonhos, encontrado o desconhecido, rompido com as fronteiras do seu ser/estar, enfim buscado o novo. Em territorializações, desterritorializações e reterritorializações, o deslocamento humano pode assumir várias formas de migrações a exílios. Disso, podemos afirmar que

as viagens reais e imaginadas envolvem, em suas jornadas, a superação ou a negociação de limites psicológicos e a travessia de fronteiras políticas, a construção e a reconstrução de territórios existenciais. As viagens envolvem o trânsito das informações, dos sentidos, da cultura doméstica àquela que se percorre durante a viagem. (SERRANO, 2000, p. 38)

No entanto, afirmar isso está longe de dizer que a humanidade sempre fez turismo, pois é apenas a partir do século XIX que se inicia a movimentação de pessoas em atividades turísticas. Portanto, o turismo é algo relativamente recente, na história da humanidade.

¹⁹ OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Ed. Alínea, 2005. 159 p. especialmente o capítulo 3 sobre a Produção Científica em Turismo: síntese crítica (p. 69-90).

O turismo²⁰ é um fenômeno moderno. A estruturação da modernidade – conversão do tempo orgânico em tempo de produção; surgimento do tempo pseudocíclico e compensação desta perda qualitativa da relação com o tempo pela prática da evasão; as condições de vida urbana; o ritmo das cidades; as relações de trabalho e os direitos trabalhistas – favoreceu o início das viagens turísticas com o objetivo busca de prazer e emoção, com intuito de desenvolvimento pessoal e da apreciação estética (THOMAS, 1989; SERRANO, 2000; SALGUEIRO, 2002).

A instituição do turismo como é conhecido atualmente encontra um importante ponto estruturador nas viagens de jovens da aristocracia ao final do século XVII. Ao final do século XVIII que o *Grand Tour* dos ingleses passa a se estruturar e se disseminar entre a classe média urbana. Tal desenvolvimento estimulou a institucionalização e a oferta de serviços como os de “hospedagem, e o surgimento dos guias – seja como pessoas, seja na forma de livros –, que contribuem para a disseminação de rotinas, códigos e signos das viagens” (SERRANO, 2000, p. 38). Embora o *Grand Tour* tenha contribuído neste sentido, ele é essencialmente diferente do turismo, pois os *grand tourists* eram ricos aristocratas e suas viagens não tinham relação com o fruto de trabalho, nem eram realizadas naquilo que conhecemos atualmente por tempo livre (LABATE, 2000).

O turismo como conhecemos hoje teve seu início marcado pelas atividades do pastor batista Thomas Cook que em 1841 (LABATE, 2000, p. 63) realizou uma viagem de trem entre duas cidades para a realização de um protesto contra o uso de álcool. O sucesso de tal viagem fez com que o pastor abandonasse a igreja e passasse a se dedicar ao turismo (ANSARAH, 2001). Assim, curiosamente desde seu o início o turismo e a igreja andaram de mãos dadas, pois como veremos, a busca pela natureza característica marcante do ecoturismo é comumente representada pela metáfora do paraíso.

Na contemporaneidade, o movimento de pessoas ao redor do mundo possibilitado por conquistas trabalhistas, desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e hospedagem, facilidades do crédito é algo frenético. Está sentenciado: há

²⁰ Neste trabalho, não faremos uma retomada histórica da evolução do turismo através dos tempos, porém sempre que possível indicaremos leituras complementares. Para saber mais sobre a história do turismo de massas confira BOYER, Marc. **A História do turismo de massas**. EDUFBA; EDUSC, 2003.

que se viajar!

O turismo compreende, segundo a Organização Mundial do Turismo, as “atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos” (OMT, 2003, p. 20)²¹.

Dois pontos são importantes nesta conceituação. O primeiro é a questão da viagem ou deslocamento, afinal não há turismo sem deslocamento físico. É igualmente importante a experiência, pois a imaginação do turista o instiga em seu intelecto e estado emocional a viver experiências únicas, inusitadas na busca do desconhecido e diferente. O segundo ponto é a permanência fora do domicílio, pois não apenas o deslocar-se, mas o permanecer fora da residência habitual é preponderante para a compreensão do fenômeno turístico. O uso de equipamentos turísticos nesta permanência é fundamental. Cabe ressaltar aqui que o retorno ao domicílio é algo que complementa o turismo (BENI, 2000, p. 37).

As motivações turísticas (ANDRADE, 1997, p. 85-97) são as mais diversas: o desejo de evasão causado pela “artificialização da vida” (OURIQUES, 2005, p. 40), o espírito de aventura, a aquisição de *status*, a necessidade de tranquilidade, a motivação cultural e comercial, entre outras.

Devemos aprofundar nosso estudo para melhor compreendermos a tendência de análise hegemônica do turismo. O produto “turismo” não é um produto comum. Não existe o produto turismo em si, afinal ninguém pode comprá-lo e levá-lo para casa. Ele é fruto da combinação do uso de bens tangíveis como, por exemplo, aviões, hotéis, carros; de serviços prestados por profissionais, como guias de turismo, agentes de viagens, recepcionistas de hotel etc.; pela utilização dos atrativos turísticos, que podem ser qualquer coisa: o Cristo Redentor ou o Parque Nacional do Itatiaia, uma árvore centenária, uma cachoeira, entre outras.

Os atrativos turísticos referem-se a “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, 2000, p. 330).

²¹ A conceituação de turismo segundo o discurso hegemônico é algo realmente amplo. Para maiores informações sobre este tema sob tal ponto de vista, consultar o livro BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. Senac. 2003.

O produto turístico para poder acontecer utiliza-se das estruturas existentes como estradas, portos e aeroportos (utilizados para vários outros fins). Podemos perceber na análise de Beni – autor que pertence à corrente liberal de análise do turismo segundo as categorias de Ouriques (2005) – a apropriação do capital sobre os lugares, objetos ou acontecimentos e na sua conversão em produtos turísticos. Qualquer que seja o interesse das pessoas, o capital pode converter em atrações turísticas para visitação.

Mas o produto turístico é bem mais que simplesmente material; apropria-se de outras instâncias como a localidade, o território, a paisagem, os habitantes do local e seus costumes, cultura e tradições; comercializa sob a forma metafórica do pacote – como dizem os geógrafos – o lugar. O mercado do turismo acaba por empacotar os “lugares e seus atrativos e serviços, além da subjetividade, utilizando-a juntamente com o ambiente, como matéria-prima para a produção de mais uma mercadoria” (SERRANO, 2001, p. 206).

Os bens turísticos podem ser naturais, histórico-culturais, como manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas ou acontecimentos programados, enfim “todos os elementos subjetivos e objetivos ao nosso dispor, dotados de apropriabilidade, passíveis de receber um valor econômico, ou seja, um preço” (BENI, 2000, p. 38).

A estrutura do turismo pode ser considerada como um grande conjunto de serviços prestados que tem como objetivos “o planejamento, a formação, a promoção e a execução, de viagens e os serviços de recepção hospedagem e atendimento individual e grupal fora de suas residências habituais” (ROSE, 2002, p. 2).

Segundo essa tendência de análise, o turismo é em sua essência uma atividade econômica que movimenta mais de cinquenta setores produtivos de bens e serviços, além de incorporar os serviços de outras organizações integrantes e complementares, tais como meios de hospedagem, meios de alimentação, centros de convenções, transportadoras e agências de viagem (ROSE, 2002, p. 2).

Há duas características que nos interessam para a análise do produto turístico: como bem de consumo e como fenômeno do tempo livre. O produto turístico enquadra-se como bem de consumo na prestação de serviços, pois não é um produto

industrializado ou de comércio (BENI, 2000; ANSARAH, 2001).

Podemos perceber que o produto turístico mostra-se como uma mescla das etapas da exploração do capital, unindo bens físicos e serviços num mesmo pacote: bens materiais, imóveis, duráveis ou perecíveis, de consumo, de capital, básicos, complementares e interdependentes, naturais ou artificiais; por serviços turísticos: receptivos, de alimentação, de transporte, públicos, de recreação e entretenimento. (BENI, 2000, p. 38). Na prestação de serviços, o tempo de vida dos 'produtos' é bem menor que dos bens físicos como automóveis ou máquinas de lavar, entre outros. Isso faz com que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. (HARVEY, 2003, p. 258)

Como atividade econômica é "resultado de inúmeras atividades de transformação e produção". (ANSARAH, 2001, p. 24). A maioria das abordagens de tais autores vê o turismo apenas como uma atividade econômica, mesmo quando discursam sobre comunidades, localidades, culturas etc. estas são vistas do ponto de vista econômico, como recurso.

A segunda característica do produto turístico é a de ser um fenômeno do tempo livre, fruto de inúmeras conquistas trabalhistas, por exemplo, a redução do tempo de trabalho, férias remuneradas etc. Os descansos diários, semanais, anuais e a aposentadoria permitiram que as pessoas pudessem aproveitar este período para seu lazer e é claro, para o consumo. Em muitos destes casos, o lazer encontra no turismo uma fonte de fruição. (SERRANO, 2000; BENI, 2000; ANSARAH, 2001).

A idéia do turismo como uma atividade econômica que possibilita o desenvolvimento de muitas localidades ao permitir a geração de rendimentos que são reinvestidos "na estruturação dos elementos da oferta e/ou distribuídas entre os demais setores produtivos da localidade receptora, favorecendo sobremaneira toda a comunidade" (ROSE, 2002, p. 2) é bastante presente na tendência hegemônica.

De acordo com a bibliografia consultada, sob uma visão economicista, o turismo pode causar impactos, tanto positivos como negativos, sobre o ambiente natural ou socialmente produzido. A prática do turismo impacta seu próprio substrato como, por exemplo, solos e vegetação; recursos minerais e fósseis; a água e recursos hídricos; formações rochosas; vida selvagem (fauna nativa); paisagem (PIRES, 2005).

Considerando ainda o impacto do turismo na cultura e sociedade, podemos elencar alguns itens, pois para cada efeito positivo do turismo é possível associar-se um efeito colateral²². A tendência hegemônica defende a geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional) pelo turismo (BENI, 2000; ANSARAH, 2001), no entanto, a substituição de ocupações tradicionais por subempregos, nos quais as pessoas da localidade passam a exercer funções em outras atividades como caseiros, ou empregados da construção civil, de órgãos públicos ou serviços relacionados ao comércio (LUCHIARI, 2001, p. 67).

A melhoria do nível sociocultural das populações locais (ROSE, 2002) pode apresentar como contraponto aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais (SERRANO, 2001). O estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade pode transformar-se em estímulo ao consumo de suvenires produzidos a partir de elementos naturais raros.

Se por um lado o intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida entre visitantes e visitados pode ser proveitoso durante uma atividade ecoturística, por outro essa experiência pode converter-se em perda de valores tradicionais em conseqüência da homogeneização das culturas (SERRANO, 2001).

Diante da apresentação de tais impactos e por conta da exploração do turismo que ganhou proporções de uma indústria de massa – altamente agressiva aos lugares explorados – este passou a receber críticas de alguns autores. Como alternativa ao turismo de massas surgem outras formas de se explorar o turismo, trazendo consigo novos discursos sobre o seu desenvolvimento. E segundo tal apropriação seria necessário pensar uma maneira de se praticar o turismo de modo ‘sustentável’. O turismo sustentável é o que

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24)

²² A discussão referente aos impactos foi pensada tomando por base Serrano (2001, p. 216-217)

A descrição abarca uma importante parte da definição de Desenvolvimento Sustentável, aquele que “atenda às necessidades de hoje sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (OMT, 2003, p. IX). O conceito de turismo sustentável engloba três dimensões. A dimensão ambiental: o meio ambiente, tanto natural quanto construído; a dimensão econômica: a vida econômica de comunidades e empresas; a dimensão social: os aspectos sociais do turismo, em termos de seus impactos sobre culturas locais e turistas, e o modo como são tratados os que trabalham no turismo (SWARBOOKE, 2000a, p. 73-109)²³. O turismo de massas, antes vilão do desenvolvimento da atividade torna-se turismo sustentável e pode ser explorado como vetor de desenvolvimento sustentável.

Ainda, sob o ponto de vista da tendência hegemônica de análise do turismo, a segmentação de mercado do turismo serve para identificar os comportamentos homogêneos dos clientes no que diz respeito a seus gostos e preferências para obter informações sobre destinos, tipos de transportes, composição demográfica dos turistas, sua situação social e estilo de vida, sendo o motivo da viagem a principal forma de se segmentar o mercado. Os maiores segmentos de tal mercado são o turismo de descanso, de negócios, de compras, desportivo, ecológico, rural, de aventura, religioso, cultural, científico, gastronômico, estudantil, congressos, convenções, encontros, familiar, de amigos, de saúde ou médico-terapêutico (BENI, 2000; ANSARAH, 2001). Segmentar o mercado tenta resolver os problemas do turismo de massas e apresentar uma pseudodiferenciação entre os consumidores do produto turístico. Aparentemente cada segmento de clientes interessa-se por um tipo específico de turismo. Porém, numa análise mais crítica podemos perceber que cada interesse particular é utilizado para um objetivo comum: a busca pelo lucro por meio da conversão da experiência turística em mercadoria na cultura de consumo. Devemos agora, conhecer o ecoturismo como segmento do mercado turístico.

²³ Conferir a Parte Dois do livro: SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. Ed. Aleph, 2000, especialmente as páginas 73-109.

3.2 Ecoturismo como segmento do mercado turístico

O ecoturismo é considerado um “segmento da atividade turística” (BRASIL, 1994, p. 19) com maior crescimento pelo Ministério do Turismo do Brasil nas Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo²⁴. Para o mercado turístico ele é um de seus principais produtos em forte expansão²⁵ (BRASIL, 1994, p. 9-12).

O ecoturismo²⁶ como segmento do mercado turístico tem como diferenciais o atendimento a pequenos grupos de até 25 pessoas; a utilização de meios de hospedagem com menos de 100 leitos; operação por empresas de pequeno a médio porte, concentrando-se na condução e na acomodação de pequenos grupos para oferecer atendimento mais personalizado com o uso de materiais interpretativos e guias especializados, além da preocupação com a capacitação e o treinamento de guias, operadores e fornecedores dos serviços requeridos pela atividade. (PIRES, 2005). Percebemos que são diferenciações de escala quanto ao número de pessoas atendidas e porte de operação. O ecoturismo é uma

área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa busca uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (PIRES, 2005, p. 484).

O ecoturismo é uma versão sustentável do *turismo na natureza*. Segundo a figura 01, o turismo na natureza fica lado a lado com outros tipos de turismo, como o de negócios, cultural, sol e praia, esportivo e de saúde etc.

²⁴ As diretrizes para uma política nacional de ecoturismo foram desenvolvidas pelo Governo Federal com colaboração do Grupo Interministerial composto pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo (desmembrado e extinto), do Meio Ambiente e Amazônia Legal, pelos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (atualmente a EMBRATUR cuida exclusivamente da divulgação do Brasil no exterior e foi criado o Ministério do Turismo) e contou com a participação de várias Organizações Não-governamentais.

²⁵ Para conferir a posição de destaque do Ecoturismo como segmento do turismo podemos consultar: Pires (2002) – **Dimensões do Ecoturismo**; Wearing e Neil (2001) – **Ecoturismo: Impacto, potencialidades e possibilidades**. Além de vários outros autores constantes na bibliografia deste trabalho.

²⁶ Baseado no Texto “Entendendo o Ecoturismo” de Pires no livro **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro** (TRIGO, 2005). Editora Manole.

Figura 1 - O ecoturismo no mercado turístico
Fonte: Pires (2002)

De acordo com as análises de Pires (2002) na figura acima, não se compreende “sol e praia” e mesmo “rural” como atividades desenvolvidas na natureza, embora tais explorações turísticas se dêem em locais compreendidos por ambientes naturais no caso da praia, e do rural, em fazendas, levando o imaginário de que natureza não os compreende, ficando restrito a locais como a Mata Atlântica, Pantanal ou Amazônia.

3.3 Ecoturismo: origem, contexto e significado

Analisando a morfologia da palavra eco-tur-ismo²⁷ encontramos o radical *tur-* (obviamente, o mesmo que compõe a palavra turismo). A etimologia da palavra turismo encontra sua origem no inglês *tourism*. O radical *tur-* provém de *torn-* que por sua vez vem do grego *tornos* que implica, entre outros significados, em um “movimento circular”. (HOUAISS, 2001, p. 2788). Beni acredita que devemos aos ingleses o sentido atual da palavra turismo (BENI, 2000, p. 37). Andrade apresenta uma interessante explicação da origem etimológica de tal palavra, apresentando e defendendo que ela é originária do francês *tourisme*. O autor comenta que a palavra *tour* de origem no hebraico antigo em seu sentido literal significa “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento” (ANDRADE, 1997, p. 29-31).

Até a década de 1970, o turismo estava no auge de sua exploração pelas massas e representava o paradigma social dominante – o culto ao progresso e à prosperidade do crescimento econômico, sobrepondo-se às questões ambientais, desconhecendo limites para seu crescimento (PIRES, 2002, p. 34-35).

As origens históricas do ecoturismo estão no caldo cultural que ao final da década de 1960 e inícios dos anos de 1970 agitava o mundo com questões ecológicas, pacifistas, feministas, dos negros no movimento *Black Power*, o movimento *Hippie*, o *Flower Power*, entre outros. Movimentos de minorias que em sentido amplo podem ser considerados ambientalistas, com princípios questionadores da sociedade capitalista – seu desenvolvimento, padrões e limites – da qual uma das características mais marcantes é o consumismo. A palavra turismo recebeu o prefixo eco- que etimologicamente vem do grego “oikos, que significa lar ou habitat. O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos é, em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii). A origem do ecoturismo tem suas raízes numa filosofia de vida baseada na herança filosófica adotada por movimentos ambientalistas.

O primeiro a usar a palavra ecoturismo foi Hector Ceballos-Lascuráin no ano de

²⁷ O sufixo *-ismo* ao final da composição da palavra turismo funciona como condição para a formação de um substantivo masculino. Como para cada *-ismo* há um *-ista* (HOUAISS, 2001, p. 1655), o praticante do ecoturismo é o ecoturista.

1983 (PIRES, 2002). Em seu surgimento, o ecoturismo representava uma alternativa ao turismo convencional de massas até então explorado.

A palavra 'alternativo' tem como radical alter- que significa "um outro, outrem; outro, diferente, oposto, contrário" (HOUAISS, 2001, p. 168) da raiz *a/-* que significa outro. É originário do latim e diz muito na busca pelo sentido desta palavra, pois dizer que algo é alternativo é dizer que "oferece possibilidade de escolha, de opção [e que é] capaz de funcionar como outra resposta, remédio, saída" (HOUAISS, 2001, p. 169). Compreender a palavra 'alternativo' é uma primeira aproximação ao comportamento do ecoturismo em relação ao turismo convencional. Alternativo é aquilo que não busca ser hegemônico, que se contenta em viver à margem.

O ecoturismo foi originariamente concebido como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais se desenvolve, como 'alternativa' ao turismo convencional de massas, que causa os mais diversos impactos ambientais e sociais. Assim, em tese ele deve participar do turismo alternativo, ou seja, deve tentar minimizar o impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas, "promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional". (WEARING; NEIL, 2001, p. 2)

Este 'outro' turismo pode ser descrito como de baixo impacto, que visa à interpretação do ambiente visitado e é promovido de maneira discreta, desejando a conservação de tal local, pois este é seu próprio substrato (SERRANO, 2000).

O ecoturismo é, segundo as "Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo"²⁸

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p. 19)

Em tal definição existem elementos fundamentais à compreensão do ecoturismo. Para o Poder Público o ecoturismo é considerado como parte do mercado turístico e, por conseguinte, sua exploração está sujeita às regras de tal mercado; deve utilizar-se de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, inserindo em seu discurso a

²⁸ BRASIL. Grupo de Trabalho interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável; deve incentivar a conservação de tal patrimônio natural e cultural, pois é seu substrato e é também uma forma de desenvolvimento econômico; deve buscar a formação de uma consciência ambientalista afirmando que esta se dá pela interpretação do ambiente, ou seja, durante as atividades ecoturísticas é necessário que se produzam possibilidades que permitam aos envolvidos desenvolver tal consciência; e deve por fim, promover o bem estar das populações envolvidas, não se restringindo apenas à questão econômica.

Segundo os teóricos estudados, as atividades que buscam o *status* de ecoturismo, além de serem desenvolvidas em ambientes naturais, devem considerar a difusão de uma “consciência ecológica pelo advento da educação ambiental” (PIRES, 2002, p. 159) em suas práticas de mercado. Sendo assim, o principal foco do caráter alternativo que o ecoturismo tem em relação ao turismo convencional, é que o primeiro apresenta a introdução do componente educacional (PIRES, 2002, p. 156)²⁹ como diferencial ao segundo. No caso do Brasil, o ecoturismo é visto como uma possibilidade para a educação ambiental³⁰.

Para que uma atividade turística possa receber o prefixo eco-, ela deverá considerar três aspectos básicos: os critérios de sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; “o aspecto educativo [...] que relaciona-se com a disseminação da educação, sobretudo a ambiental, entre todos os envolvidos no andamento da atividade” (PIRES, 2002, p.158) e a participação das comunidades locais³¹.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) reconhece nos componentes do ecoturismo que é necessário “incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente” (PIRES, 2002, p.160) como requisito para um padrão de sustentabilidade. Nesta perspectiva, o ecoturismo deve privilegiar as

²⁹ Neste sentido, ainda, os teóricos afirmam que “o contato direto e de primeira mão com os ambientes naturais e com as manifestações ou aspectos culturais presentes no seu encontro possibilita aos turistas e visitantes uma oportunidade preciosa para desenvolver a percepção ambiental e assimilar conhecimentos que influenciarão decididamente na formação de uma consciência ecológica e cultural capaz de determinar posturas e atitudes diante do ambiente e da sociedade” (PIRES, 2005, p. 485)

³⁰ Conferiremos mais à frente a teoria sobre a relação entre ecoturismo e educação ambiental no Brasil através de revisão bibliográfica e da análise da Lei de Educação Ambiental (Lei 9795/99). Para conferir a íntegra do texto da lei, ver anexos.

³¹ Esta dissertação preocupa-se com a questão educacional, os demais critérios apontados acima (sustentabilidade e participação da comunidade local) serão abordados neste trabalho sempre que forem necessários para a compreensão do tema principal. Ao longo do texto, também indicamos referências de literaturas que possam colaborar com tais pesquisas e aprofundamentos.

experiências participativas e esclarecedoras que incentivam uma educação de todas as partes, tanto comunidades locais e o governo, como as organizações não-governamentais, a indústria e os turistas, tanto antes e durante como depois da experiência da viagem. Além disso, deve incentivar, por parte dos envolvidos, um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais. (SWARBROOKE, 2000b, p. 65-66)

Ainda em referência à questão do caráter alternativo do ecoturismo em relação ao turismo, espera-se do ecoturista um comportamento diferenciado daquele do turista convencional. O primeiro deve possuir uma ética ambiental e boa vontade de não degradar o recurso visitado; deve ter foco na motivação intrínseca e não extrínseca; ter orientação biocêntrica em vez de antropocêntrica e a intenção de beneficiar a vida selvagem e o ambiente natural; além de procurar uma experiência direta com tal ambiente. Quanto ao quesito educacional, espera-se que o ecoturista procure e tenha expectativa de educação e apreciação; além de alta dimensão cognitiva e afetiva. Comparando rapidamente os turistas convencionais aos ecoturistas, os primeiros em férias têm a tendência de apresentar atitudes menos conscientes para como o ambiente, ao passo que os ecoturistas tentam minimizar os impactos de sua visita no local de destino.

Quanto às estruturas de recepção dos lugares visitados, o ecoturista procura adaptar-se ao meio ambiente, e o turista convencional adapta o meio ambiente a seu comportamento cotidiano.

O fato que une turistas convencionais e ecoturistas é que ambos se movem de um lugar para o outro buscando novas experiências. (WEARING; NEIL, 2001, p. 198-209), para vivenciá-las, para consumi-las.

3.4 Breve comentário sobre ecoturismo e turismo de aventura

Embora ecoturismo e turismo de aventura estejam na figura 01 em paralelo dentro do campo maior que é o turismo, é importante ressaltar que sua relação com o tema natureza diferencia-se, pois o primeiro vale-se da “observação das características naturais e dos recursos culturais [e no segundo é] o exercício físico e a experimentação

de situações desafiadoras no ambiente natural, em áreas remotas ou de difícil acesso” (PIRES, 2005, p. 487). No caso do ecoturismo uma diferenciação fundamental é que os programas e roteiros devem contemplar de alguma forma o “componente educativo, a integração cultural dos participantes com os habitantes locais e a atenção para com os impactos negativos das atividades no ambiente natural onde se desenvolvem” (PIRES, 2005, p. 489).

O turismo de aventura encontra-se na intersecção entre o turismo e os esportes, como nos mostra a figura a seguir:

Figura 2: Turismo de aventura – intersecção entre turismo e esportes
Fonte: UVINHA (2005)

Numa rápida comparação entre o turismo de aventura e o ecoturismo podemos conferir que o primeiro busca ambientes remotos para sua prática, há maior incerteza quanto aos resultados dos programas, é buscada uma minimização dos impactos negativos e há tanto resultados como riscos inesperados; no segundo há a necessidade das práticas de educação ambiental, há um maior interesse por cultura, paisagens e pela interpretação do ambiente, é desejável um número reduzido de clientes e igualmente há a preocupação com a minimização dos impactos (RAMOS, 2005, p. 475).

Até aqui, pudemos conferir que a educação ambiental participa conceitualmente do ecoturismo e que não é fundamental para o turismo de aventura. Há uma tênue linha difícil de ser apreendida e que gera bastante confusão entre os conceitos.

A preocupação com a prática da educação ambiental é o grande diferencial do ecoturismo para todas as outras formas de turismo conhecidas. Mas, afinal o que é a educação ambiental?

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como tomar consciência das ilusões
nas quais estamos mergulhados?
Como criar um olhar autônomo sobre o mundo que nos cerca e
vislumbrar o caminho a seguir?
Como a educação pode contribuir
para esta mudança de visão?

MENDONÇA E NEIMAN

A educação em seu amplo significado tem como missão dedicar-se à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras, e com isso, armar cada um para o combate vital para a lucidez; realizar o exame e o estudo da complexidade humana; e ensinar a ética da compreensão planetária, através de uma reforma em sua mentalidade (MORIN, 2000). Por isso, não deve limitar-se aos bancos escolares de um sistema formal de ensino, no qual

a escola tradicional se caracteriza por ser baseada em ‘programas’ em que os saberes, organizados numa determinada ordem, são estabelecidos por autoridades burocráticas superiores. Os professores são aqueles que sabem o programa e o ensinam. Os alunos são aqueles que não sabem e aprendem. Os professores são ativos, os alunos são passivos [...] a atividade de pensar é fragmentada em unidades de tempo chamadas ‘aulas’ [...] a aprendizagem é avaliada numericamente... (ALVES, 2005, p. 119-120)

Tal educação deve ser explorada de várias outras maneiras. Nos referimos à educação ambiental. Aqui cabe uma pequena nota – que optamos por não deixar em forma de nota de rodapé – sobre a forma como até agora nos dirigimos e nos dirigiremos à educação ambiental. Devido à extensão das palavras e sua reincidência no texto seria aceitável tratá-la apenas por EA. Não utilizaremos tal abreviação, pois acreditamos ser esta uma forma de tratamento do conceito que pode ajudar a “reprimir perguntas indesejáveis [, pois] as abreviaturas denotam aquilo e somente aquilo que está institucionalizado de tal maneira que a conotação transcendente é retirada” (MARCUSE, 1967, p. 100) perdendo assim seu real valor cognitivo da afirmação que a

Educação é um processo contínuo, que é ideológica e não neutra, um direito de todos. Todas estas questões incômodas a alguns passam a não mais existir sob o vocábulo EA. Acreditamos que usar a abreviação é o mesmo que tornar o vocábulo indiscutível, fato este completamente fora dos propósitos de tal educação e desta dissertação. Por isso, optamos por sua escrita corrida e reincidente.

A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9795³² de 27/04/99 foi elaborada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental. Ela aborda a educação ambiental como parte do processo educativo da nação nos âmbitos formal e não-formal. De acordo com tal lei (Capítulo II - Seção III - Artigo 13 - Inciso VII)

Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único: O poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

VII: o ecoturismo (BRASIL, 1999, p. 6)

Durante a pesquisa de campo, o representante da operadora 1 mostrou a preocupação que tem em desenvolver atividades “sem ser chato, e ficar dando aula” (OPERADORA 1), advertindo que a atividade ecoturística não deve “ser uma coisa chata, que o cara³³ gera mais aversão ainda por esse papo de ecologista” (OPERADORA 1). Fazendo normalmente alusão às práticas típicas do sistema formal de ensino (ao menos no estereótipo que ele tem de tal educação). Quanto à relação entre o ecoturismo e a educação ambiental ele diz que

³² Confira a íntegra da Lei em Anexos ao final deste trabalho.

³³ Durante a transcrição das falas dos entrevistados, fomos fiéis à todas as palavras, inclusive gírias.

também o estereótipo que existe da questão da educação ambiental na visita turística é aquele guia chato, que pega essa questão da educação ambiental ao pé da letra, que a todo tempo está falando de algum atributo do meio ambiente, alguma coisa que ele aprendeu, que ele leu no livro. E chamando a atenção o tempo todo... Tem que entender que a viagem, ela tem muitos outros objetivos (objetivos e subjetivos) por parte do visitante, muitas vezes a pessoa está indo visitar exclusivamente para relaxar, não quer dizer que ela esteja impermeável a receber uma informação, mas quer dizer que a informação não pode ser o centro da viagem, o tempo todo você estar dando informação, é importante perceber as formas, para não queimar o filme, não transformar a visita numa coisa chata, desagradável que o cara acaba até criando bronca dessa história de ecoturismo (OPERADORA 1).

A partir da afirmação da operadora parece que há uma crença de que a educação não deve se misturar com o turismo, momento supremo de lazer dos clientes pagantes. Acreditamos que o contato com a natureza pode ser uma possibilidade de educação fora do âmbito escolar e, portanto, não submetido às mesmas metodologias. É necessário afirmar que o potencial das visitas a um ambiente natural pode promover possibilidades educativas diferenciadas do ambiente escolar. Todavia, tais atividades devem ser realizadas considerando a educação ambiental de maneira ampla “não se restringindo à reprodução das estratégias educacionais tradicionais, que enquadram o conhecimento e inibem as experiências e as expressões criativas” (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 166).

4.1 Raízes da educação ambiental

A década de 1970 marca o surgimento do moderno ambientalismo. Os acontecimentos do final da década anterior são decisivos para a explosão de tal movimento. A educação ambiental no movimento ambientalista é uma resposta ao que podemos chamar de crise do paradigma dominante baseado no “modelo da racionalidade que preside à ciência moderna” (SANTOS, 2003, p. 20).

Quando experimentamos a sensação de finitude e pela primeira vez a possibilidade da ‘destruição absoluta’ da humanidade, podemos chegar a tal conclusão analisando a

exposição paradoxal da relação de vida e morte, anunciada pela experimentação da limitação do uso dos recursos naturais - toda forma de poluição, fim dos recursos naturais, etc. - e a destruição absoluta, proporcionada pela guerra nuclear. (CASCINO, 2000a, p. 194)

Há vários acontecimentos históricos ao final do século XX (especialmente nas décadas de 1960 a 1990) que compõem um panorama a ser considerado. O mundo pós Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWN, 1998³⁴), os anos 60 – contestações e a reinvenção da democracia (HOBSBAWN, 1998; MATOS, 1989³⁵; GABEIRA, 1985³⁶); o surgimento das organizações não-governamentais (CASCINO, 2000a); o nascimento das manifestações ambientalistas e as ações diretas (McCORMICK, 1992³⁷); o fim da polaridade entre as duas superpotências da época: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); a afirmação das minorias (movimentos negro - Black Power), feministas, e do meio ambiente (CASCINO, 2000a); a discussão da questão da complexidade (MORIN, 1977³⁸; CAPRA, 1996³⁹); as constantes revoluções na comunicação – especialmente com os adventos da televisão e da Internet (HOBSBAWM, 1998); a explosão dos meios de transporte – o “encurtamento” das distâncias (DEBORD, 2004); a fantástica compressão espaço-tempo (BAUMAN, 2001; HARVEY, 2003), além da utilização militar do poder da energia atômica para a construção da bomba atômica que assinala os limites da humanidade, como já foi dito anteriormente.

Em 1962, Rachel Carson lançou seu livro *Silent Spring* (que se tornou um clássico para o Movimento Ambientalista); 1972, o Clube de Roma publicou o texto “Os limites do crescimento”⁴⁰ que fez um estudo sobre os limites de suporte do planeta quanto ao crescimento populacional e afirmou que o ‘crescimento zero’ seria a única alternativa aos problemas apontados àquela época (NOBRE; AMAZONAS, 2002). De 05 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo – Suécia, foi realizada a Primeira Conferência

³⁴ HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)** Cia das Letras. 2ª edição. 10ª reimpressão. 1998.

³⁵ MATOS, Olgária. **1968 – As barricadas do desejo**. Brasiliense. 1989.

³⁶ GABEIRA, F. **Nós que amávamos tanto a revolução**. Rocco. 1985.

³⁷ McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Relume-Dumará. 1992.

³⁸ MORIN, E. **O método: 1. A natureza da natureza**. Lisboa. Publicações Europa-América

³⁹ CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Cultrix. 1996.

⁴⁰ MEADOWS, D. L. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo. Perspectiva, 1978

Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento produzindo a Declaração de Estocolmo que considerou a educação ambiental como “elemento crítico para o combate a crise ambiental no mundo” (DIAS, 2003, p. 36). Em 1975, na Iugoslávia foi promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) o Encontro de Belgrado no qual foram formulados os princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental PIEA (IEEP); em 1977 a cidade de Tbilisi (Geórgia, ex-URSS) foi o palco da Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (14-26 de outubro de 1977). A Declaração da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental é ainda hoje um importante referencial para o desenvolvimento de tais atividades. Neste documento, a finalidade da educação ambiental é a de

promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida (DIAS, 2003, p. 83).

A educação ambiental deveria contemplar todos os aspectos do ambiente abrangendo “os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos” (DIAS, 2003, p.82). No entanto, ocorreu uma redução de sua proposta original que acabou por dar o tom verde à educação ambiental no caso específico do Brasil, pois surpreendentemente o MEC – Ministério da Educação e Cultura – ignorando a Conferência de Tbilisi, publicou o documento Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus. Isso representou

um retrocesso grotesco, dada a abordagem reducionista apresentada, na qual a Educação Ambiental ficaria acondicionada nos pacotes das ciências biológicas, como queriam os países industrializados, sem que se considerassem os demais aspectos da questão ambiental (sociais, culturais, econômicos, políticos, etc.), comprometendo o potencial analítico e reflexivo dos seus contextos – desde o local até o global – bem como o seu potencial catalítico-indutor de ações (DIAS, 2003, p. 83-84).

Paralelamente a tudo isso, grandes acidentes colaboraram para a divulgação das questões ambientais de nosso tempo. Em 1952, 1600 pessoas morrem devido ao ar densamente poluído de Londres; em 1984 ocorre o vazamento do gás venenoso que matou mais de 2 mil pessoas em Bhopal, Índia; em 1986 ocorreu a explosão do reator no. 4 da usina atômica de Chernobyl, próxima de Kiev, capital da República da Ucrânia, na URSS em 1987 ocorreu o vazamento de uma cápsula de cézio-137 em Goiânia/GO causando a morte de 4 pessoas e a contaminação de dezenas de outras; em 1989 o petroleiro Exxon Valdez, da Exxon americana colidiu com rochas geladas vazando 42 mil toneladas de óleo cru no mar do Alasca nos Estados Unidos; entre outros (DIAS, 2003).

Em 1987 em Moscou na Rússia foi realizado o Segundo Congresso Mundial de Educação Ambiental na mesma época em que a URSS passava pela *Glasnost* e a *Perestroika* que reviam o modelo de vida imposto pelo regime comunista. Logo após 1987, a publicação do texto Nosso Futuro Comum como resultado de um trabalho iniciado em 1983 pela Primeira Ministra da Noruega, Sra. Gro Brundtland e sua equipe tornaram-se referência para os próximos passos. Nesse período de 10 anos foi constatado que não houve nenhuma melhora conjuntural, pelo contrário o abismo entre ricos e pobres havia aumentado. Daquele encontro concluiu-se que

a Educação Ambiental deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomadas de decisões. Portanto, deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos (DIAS, 2003, p. 140).

Propor modificações comportamentais nos campos cognitivos e – especialmente – afetivos foi um importante passo (e diretamente relacionado à temática deste projeto) no sentido da subjetividade da Educação, nas questões implícitas à sensibilização das pessoas para a mudança de atitude, hábitos e valores por outras vias que não apenas a informação.

As organizações não-governamentais começaram a proliferar e o movimento ambientalista ganhou destaque. Em toda parte explodiram reivindicações referentes à temática ambiental. Enfim, no ano de 2007 a questão ambiental já era tema recorrente na mídia e se tornava elemento central nas estratégias de marketing tanto das grandes corporações como das pequenas empresas.

Outro importante documento na história da educação ambiental é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Tratado). Ele foi elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED ou Earth Summit), a ECO-92 em 06/06/1992 durante o Fórum Internacional de organizações não-governamentais e Movimentos Sociais ‘Compromisso com o Futuro’. A Jornada Internacional de Educação Ambiental definiu no Tratado os pressupostos fundamentais para a realização de uma educação com base nas preocupações ambientais, voltada à transformação de mentalidades, lançando fundamentos de um novo discurso educacional (CASCINO, 2000a). Por esta razão, tal documento é fundamental a este estudo. No Tratado estão definidos os princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Tomaremos a seguir alguns dos princípios que são fundamentais a esta dissertação⁴¹.

O princípio número 1 do Tratado afirma que “A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores” (FÓRUM, 1992, p. 1). Consideramos assim que “em matéria de educação ambiental considerada para sociedades sustentáveis e responsabilidade global... somos todos aprendizes” (OVALLES; VIEZZER, 1995, p. 28). Tal princípio fala sobre a educação e a relação entre seus sujeitos, que apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2002, p. 25). Reconhecer que todos os envolvidos no processo educativo estão em condições

⁴¹ Nossa análise se limitará a alguns dos princípios. A íntegra do Tratado encontra-se em Anexos.

de aprender e de ensinar é reconhecer que tal relação pode ser desenvolvida em todos os participantes do processo – no caso deste estudo, nas atividades de educação ambiental não-formal no ecoturismo não podendo limitar-se aos ecoturistas, mas igualmente às comunidades que os recebem assim como aos operadores de mercado, guias de turismo etc. Todos podem ensinar. Todos podem aprender.

O princípio 2 afirma que a educação ambiental deve ter como base o “pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade” (FÓRUM, 1992, p. 1-2). Enquanto o princípio número 4 diz que a educação ambiental “não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”. (FÓRUM, 1992, p. 1-2).

Com relação ao ecoturismo, a não neutralidade da educação ambiental na formação de um pensamento crítico nos leva à necessidade do questionamento sobre as premissas da cultura do consumo e suas conseqüências na vida das pessoas e do ambiente. É necessário reconhecer que a educação é ideológica. E que isso nos impele à luta contra tais forças que nos deixam “míopes” (FREIRE, 2002, p. 142)⁴² e dificultam questionamentos sobre nossa atual condição de vida.

A educação libertadora de Paulo Freire está a serviço da construção deste espírito crítico, inovador e autônomo. Nestes princípios percebemos a influência e importância da pedagogia freireana para a educação ambiental.

Paulo Freire não escreveu uma linha sequer sobre a educação ambiental, mas mesmo assim sua pedagogia foi fundamental para a elaboração do Tratado, pois pode-se perceber a presença de suas idéias em vários momentos do texto do Tratado que reflete a preocupação com as questões de uma educação que tenha ‘pensamento crítico e inovador’, ‘que não seja neutra, mas ideológica’, que busque a ‘transformação social’, que ajude a ‘desenvolver uma consciência ética’ etc.

Sua obra é importante fundamento para tal educação, se esta se pretende crítica. O ato educativo deve inscrever-se num movimento de leitura do mundo e de sua problematização e deve visar à criação de possibilidades da construção de um

⁴² Para aprofundamento nesta discussão, sugerimos a leitura do item 3.7 – Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica (Paulo Freire – A Pedagogia da Autonomia) páginas 141 a 152.

conhecimento com autonomia. A tarefa da educação é “indagar ao mundo, questioná-lo, pensar sua mudança, sugerir ações e refletir sobre os resultados desta” (CASCINO; HINTZE, no prelo).

Freire denuncia a educação bancária, na qual os educandos participam do processo educativo apenas como receptáculos vazios, afinal “o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão” (FREIRE, 2001, p. 58).

Encontramos em sua pedagogia, os ensinamentos para uma educação que visa à transformação social, pois sabemos que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 25). Esta questão nos interessa por sua relação direta com a educação ambiental não-formal do ecoturismo, pois durante as visitas a ambientes naturais, o condutor de grupos assume o papel de educador, conduzindo os ecoturistas e tendo a oportunidade de promover situações que se convertam em experiências educativas. Na educação ambiental, a produção do conhecimento deve dar-se através da cooperação, da troca e não de relações professorais de imposição. Deve preocupar-se com o contexto em que se desenvolve com a cultura, pois

não se faz educação dentro da cabeça de ninguém; se faz educação no contexto histórico, no contexto cultural. É por isso também que ela não pode ser neutra; não há, nunca houve, nem vai haver neutralidade educacional (OVALLES; VIEZZER, 1995, p. 14)⁴³.

O princípio número 5 diz que “a educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo, de forma interdisciplinar”⁴⁴, afinal o ambiente deve ser considerado em sua complexidade de relações e não de forma fragmentada. A fragmentação da abordagem do ambiente aprofunda a problemática da percepção das realidades que nele se desenrolam.

⁴³ Esta citação faz parte da palestra proferida por Paulo Freire na Jornada Pela Vida, na Eco-92, constante do livro de OVALLES, O.; VEIZZER, M. **Manual latino americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia. 1995.

⁴⁴ Sobre a questão da interdisciplinaridade e devido à sua profundidade conferir a obra da professora Ivani Fazenda. Especialmente, **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: Efetividade ou Ideologia. São Paulo, Loyola, 1979; **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas, Papirus, 1995a.; **Interdisciplinaridade, Dicionário em construção**. São Paulo, Cortez, 2001.

No princípio número 15 a educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações e “deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis” (FÓRUM, 1992, p. 1-2). Este princípio é importante para esta dissertação, pois aponta para a possibilidade da conversão das experiências do ecoturismo em experiências educativas, assim como também o faz a lei de educação ambiental ao indicar o ecoturismo como estratégia para a educação ambiental não-formal, como foi apresentado anteriormente.

No princípio número 16 a educação ambiental deve ajudar a desenvolver “uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos” (FÓRUM, 1992, p. 1-2) aprofundando assim o debate sobre a valoração das coisas e a análise crítica a respeito da condição humana em relação ao mundo. O contato entre os seres humanos e a natureza pode propiciar tal educação.

No Plano de Ação do Tratado, existem diretrizes que podem colaborar com a elaboração dos trabalhos das operadoras a serem analisadas por esta dissertação. Vamos conhecer três delas, que nos parecem mais próximas ao tema aqui estudado.

A diretriz número 5 aponta para a necessidade do “desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal e para todas as faixas etárias” (FÓRUM, 1992, p. 3). Isso reafirma a necessidade do desenvolvimento de metodologias para a educação ambiental não-formal no caso específico das práticas mercadológicas do ecoturismo. Para isso, como aponta a diretriz número 6 é necessário que se possa “promover e apoiar instâncias de capacitação de recursos humanos para o gerenciamento do ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária” (FÓRUM, 1992, p. 3).

A diretriz número 07 fala sobre a necessidade de “estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais, que revisem permanentemente nossa coerência entre discurso e práticas, os valores de nossa cultura, nossas tradições e nossa história” (FÓRUM, 1992, p. 3). A atenção à relação entre discurso e prática também encontra eco na obra de Paulo Freire.

O ecoturismo no Brasil em sua definição pelo Poder Público deve desenvolver uma “consciência ambientalista” (BRASIL, 1994, p. 19) em seus praticantes. Isso encontra respaldo no Tratado em sua diretriz número 21, para a qual é preciso “assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica” (FÓRUM, 1992, p. 3). Diferentemente do processo educativo formal, o ecoturismo como possibilidade para a prática da educação ambiental não-formal não pode ser considerado um processo, no sentido de sua continuidade em longo prazo, pois suas atividades são pontuais.

A diretriz 16 traz uma das mais difíceis missões para o Tratado que é a de “promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas” (FÓRUM, 1992, p. 3), pois esta vai de encontro a um dos principais problemas de nossos tempos.

O Tratado é um importante documento que norteia o desenvolvimento da educação ambiental nos moldes formal e não-formal. Dentre os grupos a serem envolvidos em sua dinâmica estão os empresários que tenham compromisso em atuar dentro de uma “lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida humana” (FÓRUM, 1992, p. 5). Também devem envolver-se, todos os profissionais da educação que estejam interessados em “implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino como em outros espaços educacionais”⁴⁵ (FÓRUM, 1992, p. 5).

Pensando nestes dois grupos, acreditamos que as operadoras ecoturísticas encaixam-se duplamente nestas indicações, pois dentre esses ‘outros espaços educacionais’ podemos dizer que o ambiente no qual as atividades ecoturísticas se desenvolvem são propícios às atividades de educação ambiental.

⁴⁵ O gripo é nosso.

4.2 As contribuições de Henry David Thoreau para a educação ambiental

Existem leis injustas: contentar-nos-emos em obedecê-las ou lutaremos por emendá-las, obedecendo-as até que logremos êxito ou transgredindo-as de uma vez por todas?

THOREAU

A educação ambiental deve integrar conhecimentos e “impor limites à exploração às formas de vida” (FÓRUM, 1992, p. 1-3) por parte dos humanos para empreender a transformação humana e social, além da preservação ecológica. A educação deverá questionar o sistema de exploração vigente. Acreditamos que o pensador americano Thoreau tem algo a dizer sobre isso, pois sua obra e vida tornaram-se um grande símbolo de resistência e fonte de inspiração para a maioria dos movimentos ambientalistas. Embora o autor não tenha escrito nada especificamente sobre o tema educação ambiental, nem tampouco ecoturismo. Acreditamos, todavia, que é possível aproveitar seus conceitos e o próprio estilo de vida.

Henry David Thoreau (1817-1862) nasceu em Concord, Massachusetts nos Estados Unidos. Junto do pensador Ralph Waldo Emerson participou do movimento transcendentalista, que “inspirou grandes nomes para a volta a uma vida equilibrada, em profundo contato com a natureza e em harmonia com a essência humana” (CASCINO, 2000a, p. 23).

Atualmente Thoreau é conhecido por conta de “A desobediência civil”, um de seus principais escritos. Ele enfrentou o governo americano que estava em guerra contra o México⁴⁶, por não concordar com tal ação, negando-se a pagar os impostos devidos e a alistar-se no exército.

Thoreau afirmou que não bastava recusar-se a participar da guerra como soldado, mas que era necessário também não colaborar com o pagamento dos impostos que seriam utilizados na compra de armamentos. Um de seus mais profundos pensamentos a cerca da Desobediência Civil diz que “o que me cumpre é ver se de algum modo não estou contribuindo para o erro que condeno” (THOREAU, 2001,

⁴⁶ A guerra entre EUA e México (1846-1848). (CABRAL, 2001, p.321)

p. 331). Podemos transportar tal pensamento hoje para a educação ambiental em relação ao consumismo e perguntar se os discursos ambientalistas e as correlatas práticas são coerentes. Discursamos sobre mudanças nos padrões de consumo e conforto, mas estamos prontos para agir neste sentido?

Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) influenciado pelas leituras que fizera de Thoreau entre 1906 e 1907, inicia sua campanha contra as leis discriminatórias aos indianos na África do Sul. As idéias do autor acabaram por ajudar Gandhi a “organizar esses métodos tradicionais de desobediência civil em uma doutrina mais clara [, pois tais escritos] garantiram uma ‘confirmação científica’ para as atividades de Gandhi” (KIRK, 2008, p. 80-82). Em sua maturidade, Gandhi atua fundamentalmente para a libertação pacífica da Índia do poder do maior império do século XIX, o Britânico. Assim, “pacifismo e desobediência civil terem caminhado tão juntos a ponto de serem quase sinônimos” (CASCINO, 2000a, p. 24).

Thoreau é considerado “avô espiritual” (CABRAL, 2001, p. 12) dos movimentos da década de 1960. Nesta época os jovens questionaram a civilização ocidental assim como ele fizera no século XIX. Entre tais jovens, a consciência pública sobre “o racismo institucional, a pobreza, a destruição ambiental e o materialismo impensado desencadeou uma onda de dissidência, ativismo político e desobediência civil em larga escala” (KIRK, 2008, p. 89). Tal influência é importante para todo o movimento ambientalista assim como para uma educação ambiental que pretenda “estimular a consciência pública” (KIRK, 2008, p. 38), assim como Thoreau o fez.

Pela análise do Tratado, acreditamos que se a educação ambiental tem como fundamento a transformação social, ela deve ter como princípios o questionamento, a desobediência e a resistência aos mecanismos do sistema capitalista. Nesse caso a Desobediência Civil de Thoreau é um profundo marco (CASCINO, 2000a).

Além de A desobediência civil, Thoreau ficou igualmente conhecido por sua relação com a natureza. E embora o próprio Thoreau fosse avesso às comunidades (KIRK, 2008) ele é um dos ícones do movimento *hippie*. Durante o tempo que passou em sua cabana junto ao lago de Walden, local que lhe serviu de inspiração para escrever sua obra mais famosa: Walden ou a Vida nos Bosques (2001), Thoreau procurou na solidão de sua permanência refletir sua condição de humano e seu contato

com a natureza. Diz ele que procurou o contato com a natureza indo aos bosques porque

pretendia viver deliberadamente, defrontar-me apenas com os fatos essenciais da vida, e ver se podia aprender o que tinha a me ensinar, em vez de descobrir à hora da morte que não tinha vivido. [...] Queria viver em profundidade e sugar toda a medula da vida, viver tão vigorosa e espartanamente a ponto de pôr em debanda tudo que não fosse vida. (THOREAU, 2001, p. 95)

É nesse contato com a natureza que encontramos um fundamento para a importância do pensador como influência para uma educação ambiental não-formal no ecoturismo.

O ambientalismo, o ecoturismo e a educação ambiental nascem em meio ao efervescente período da década de 1960 e recebem por parentesco a influência do autor em questão.

Durante o estudo de campo pudemos perceber a mercantilização da educação ambiental, quando os problemas ambientais são abordados com pretensão fundo educativo nos pacotes ecoturísticos, por conta de estarem em evidência na mídia. A educação ambiental – tornada mais uma mercadoria – perde seu conteúdo político e não desobedece ao atual sistema, mas o reafirma. A leitura de Thoreau é útil, pois aponta para a necessidade do questionamento da condição (condição do nosso tempo?) que permeia nossas ações enquanto educadores ambientais: a mercantilização de tudo o que há e a produção de consciências conformadas ao consumo.

Acreditamos que o encontro entre seres humanos e natureza possa trazer benefícios a ambos. Discutiremos agora, a questão das visitas à natureza, pensando no ecoturismo como possível veículo para a educação ambiental não-formal.

4.3 Visitas à natureza: o ecoturismo como possível veículo para educação ambiental não-formal.

É possível praticar ecoturismo sem se educar?

RITA MENDONÇA

Acreditamos que seja necessário reconhecer-se no contato com a natureza, afinal este é o espaço da gênese do ser humano. A visita ao ambiente natural – que aqui chamamos de visitas à natureza – possibilita o reencontro com o humano que há em nós que vivemos em alienação para as coisas da natureza. É no enfrentamento das adversidades típicas deste ambiente que se torna possível este encontro e a possibilidade de “desvelar sensações instintivas, sensibilidades oprimidas, encantamentos e pavores próprios de uma condição primitiva agora desaparecida”. (CASCINO, 2000b, p. 203)

A possibilidade de sensibilizar pessoas num ambiente natural e não controlado pode ser rica em oportunidades que possibilitem rupturas com o atual padrão de vida, que é baseado numa mentalidade consumista. Estas oportunidades podem induzir à “construção de novas leituras / discursos sobre nós mesmos, nossos prazeres, nossas crenças sobre o que somos, o que gostamos o que acreditamos” (CASCINO, 1998, p. 9; SERRANO, 2000). Isso coloca o ser humano frente a frente com o desafio de fazer uma releitura de si mesmo. Nas visitas à natureza, o contato com ambientes naturais, a busca por contemplação ou por adrenalina e superação pessoal etc. coloca sempre uma “possibilidade de ruptura com maneiras de sentir, de pensar e de conduzir nossas ações, com valores sedimentados por uma rotina e um estilo de vida que nos afastam de nossa condição animal / natural” (SERRANO, 2000, p. 17).

As operadoras ecoturísticas mostram seu desconforto quanto à possibilidade de promover atos educativos em seus pacotes de viagem, alegando que a inserção de discursos ambientalistas é fator de desgaste ao produto. Para elas isso se torna missão inviável, pois o momento de lazer proposto pela prática do ecoturismo não combina com tal postura. Seria uma forma de se perder clientes. Frente a essa demanda, como tal trabalho pode criar oportunidades de desenvolver a consciência ambientalista discutida

até aqui? Nesta direção, a professora Rita Mendonça afirma que “talvez seja até por isso que as operadoras evitem o trabalho educativo, pois o que conhecem é a educação que não diverte, que não instiga, que não inspira” (MENDONÇA, 2005, p. 248).

Embora as operadoras tenham esta postura, podemos considerar o ecoturismo como “estratégia privilegiada de educação” (SERRANO, 2001, p. 214). Um veículo apropriado para a prática da educação ambiental não-formal, por conta da informalidade de sua prática e pela força que os ambientes naturais têm na desestruturação de referências e condicionamentos sociais inscritos no corpo e nos hábitos de cada um. No ambiente natural, o ser humano pode entrar em contato com suas intuições e instintos. É lá que ele pode redescobrir sua capacidade de lidar com o inesperado, enfrentando seus medos, tais como o medo de

grandes espaços abertos ou da profundidade e escuridão das cavernas, o temor à chuva, à força dos ventos, e ao calor abrasivo do sol, o pavor em relação a grandes ou pequenos animais, a insegurança frente à desordem das árvores das matas (SERRANO, 2000, p. 17)

O ecoturismo não é a única maneira de se praticar a educação ambiental não-formal. Ele é mais uma possibilidade.

Os pressupostos do Tratado que analisamos anteriormente servem de base para pensarmos as relações entre a prática da educação ambiental não-formal e o ecoturismo, se considerarmos que “a gênese de ambos os movimentos, considerando também o passado de ambos - a contracultura dos anos 1960 - é um caminho sólido, conceitualmente profundo” (CASCINO, 2000b, p. 204).

A prática de uma educação ambiental não-formal no ecoturismo deve valer-se desses momentos de contato entre os seres humanos e os ambientes naturais na tentativa de sensibilizar os primeiros à compreensão da complexidade das relações que ali se desenrolam, para uma possível posterior mudança de atitude em seu cotidiano. Para o pesquisador Zysman Neiman o contato na natureza é

um elemento sensibilizador num primeiro momento. Para num segundo momento, haver uma reflexão da vida cotidiana das pessoas com a questão ambiental de uma maneira mais ampla que não se limita só a conservação dos recursos naturais daquela natureza que ele visita, mas que parte para uma reflexão do seu modo, ou estilo de vida, da sua relação pessoal com a questão ambiental de maneira mais ampla, social, econômico, político, fazendo do momento do contato com a natureza, só um momento de cair a ficha, dar o clique que faltava para ele se ligar que a relação que ele mantém com o mundo natural, é uma relação distante, é uma relação consumista, é uma relação criada pela tecnologia, que faz com que a gente entenda que tudo o que é mundo natural é ruim e tudo o que é transformado é bom, e portanto, o mato é só o lugar que você vai de vez em quando para recarregar energias quando ta estressado. Para mim, levar [pessoas à natureza] tem que ter um motivo educacional. (NEIMAN)

No entanto, existe uma confusão quando se utiliza a palavra educação dentro da atividade ecoturística. O mercado ecoturístico a associa à educação formal, aquela que se faz no ambiente da escola e que privilegia em muitos casos a transmissão da informação por meio de relações professorais de autoridade e não como um ambiente propício para a geração de possibilidades da construção mútua do conhecimento, que vai além da mera transmissão de conteúdos.

Por meio da atuação de profissionais, empresas e dos estudos acadêmicos, o ecoturismo deve estar ligado a uma missão educacional que pense o ambiente em sua complexidade. Se for praticado de outra maneira é preferível chamá-lo de “turismo – o convencional – que passa despreocupadamente por cima das áreas que visita” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 550). É esse o caminho do ecoturismo?

O ecoturismo como veículo para a educação ambiental não-formal exige que se pense numa maneira proveitosa no sentido da experiência de se realizar visitas à natureza. Desenvolver visitas interessadas é fundamental para que se possa aproveitar o potencial educativo-ambiental dessas oportunidades.

As visitas interessadas são aquelas nas quais há a possibilidade de se mudar a relação com o espaço e o tempo, consigo mesmo e com os outros; para tanto, não devem ser realizadas de maneira superficial, por meio de comportamentos indiferentes ou agressivos que caracterizam o modo de vida nas cidades. As visitas marcadas por esses comportamentos tornam-se descompromissadas, representando um desperdício de oportunidades para o crescimento individual e são impactantes para o ambiente visitado, pois “os visitantes não interagem, apenas consomem paisagens”

(MENDONÇA, 2005, p. 217-219). No sentido do consumo da experiência em ambientes naturais, para o homem moderno

esse distanciamento crescente da natureza, faz com que ele não seja um observador. Ele é um consumidor. Ele consome com os olhos, consome com dinheiro, consome com o ouvido, mas ele não é um respeitador, um conhecedor da natureza [...] Ele vê a qualidade do belo, do bonito, é isso que 90%, 80% vêem, querem ver o diferente, mas não é um diferente para conhecer, para respeitar⁴⁷.
(DIEGUES)

As visitas desinteressadas funcionam como meio para a expansão dessa relação de dominação. Nelas, as “relações de descompromisso com lugares e culturas se consolidam” (MENDONÇA, 2005, p. 219), abrindo assim o caminho para o turismo de massa e, como consequência, a dominação do tempo pseudocíclico do capital (DEBORD, 2004).

Na prática do ecoturismo sob enfoque esportivo e de aventura é importante que se considere a questão da superação dos limites próprios de cada um dos praticantes ou mesmo dos grupos como algo bastante estimulante para se pensar em possibilidades educativas na natureza, mesmo quando a busca pela natureza passa pela procura da adrenalina (SERRANO, 2000; PIRES, 2005).

O ecoturismo é um possível veículo para uma educação que “oriente uma percepção mais ampla da realidade, que reconheça formas não racionais de aprendizagem e que saiba lidar com a imprevisibilidade da vida” (MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 166).

A possibilidade de se trabalhar a educação ambiental durante as práticas do ecoturismo a partir do planejamento de estratégias educativas, deve iniciar-se na intencionalidade de quem programa tais atividades, as operadoras ecoturísticas. Em tal planejamento não há a necessidade da incorporação de discursos ambientalistas. Estes não se fazem necessários. Todavia, a estratégia educativa deve ser bem planejada, requer estudo, fundamentação e constante revisão de sua prática. O profissional que se envolve com tais práticas, planejando seu trabalho sob tal fundamentação poderá realizar “um trabalho de maior responsabilidade social, e se tornará um agente

⁴⁷ Optamos por assinalar as falas das entrevistas de maneira diferenciada quanto à formatação textual, colocando-as em fonte 10, com recuo de margem em dois pontos tanto à esquerda como à direita.

transformador da qualidade de vida, e não um mero condutor de grupos de um lado para o outro” (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 72).

É fundamental que os profissionais envolvidos com as atividades ecoturísticas – dos planejadores dos roteiros até aqueles que a executam – tenham em mente a necessidade da inserção do processo educativo.

Quanto ao planejamento dos roteiros ecoturísticos, a intencionalidade educacional por parte da operadora deve existir. Quanto à preocupação com a educação ambiental, Célia Serrano na entrevista de campo comenta que é “fundamental que a agência tenha a intenção e que ela propicie condições para esse toque à pessoa [afinal] tem uma coisa chamada roteiro que é fundamental para isso” (SERRANO). E Neiman completa dizendo que tais atividades devem ser realizadas “de maneira organizada, planejada, estudada, enfim, pesquisada.” (NEIMAN).

Para que um roteiro ecoturístico seja bem elaborado é fundamental a participação da comunidade local. Neiman pergunta qual deve ser a “participação da comunidade local na elaboração do roteiro? O que a comunidade quer mostrar? Onde é que estão seus problemas, como é que eles aparecem? Onde está o debate quente da questão ambiental?” (NEIMAN). Pode haver assim, um benefício para a comunidade local com as práticas do ecoturismo, no entanto, é necessário que quem viva na localidade seja chamado para

debater, planejar, participar. Cadê o debate participativo daquela agência, daquela operadora na comunidade local, para dizer que está havendo participação comunitária. Na hora de bolar os roteiros, o pessoal tem algo a dizer, de repente sai coisa muito interessante, se você convidar o povo a participar, bolar o seu próprio roteiro, participar dele (NEIMAN).

Em nossa entrevista, o Professor Diegues comenta que um fator importante no sentido do planejamento, a respeito da participação das comunidades locais é fazer com que “estas populações se apropriem do turismo, isto é, que elas controlem o turismo [...] que elas possam dizer quantas pessoas podem chegar no fim de semana, qual é o limite do número destas pessoas” (DIEGUES).

Além das comunidades, em tal planejamento, o professor Neiman sugere que o mercado “precisa de um diálogo com a academia para não cometer erros banais na

implantação de um turismo que acaba sendo um turismo convencional pintado de verde, porque vai virar consumo, vai virar produto” (NEIMAN).

Quanto à execução dos roteiros ecoturísticos, a figura do condutor de grupos⁴⁸ é muito importante. No Brasil, os condutores de grupos são chamados de Guias de Turismo. O Ministério do Turismo instituiu a figura deste profissional por meio da Lei 8623 de 28 de janeiro de 1993. É considerado Guia de Turismo, todo profissional que devidamente cadastrado no Ministério do Turismo⁴⁹ exerça as funções de “acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas” (BRASIL, 1993). Deve exercer funções de coordenação e animação dos grupos de turistas, de socorrista além de atuar como interprete ambiental (HINTZE, 2007, p. 4-32). Embora seja a única profissão regulamentada do trade⁵⁰ turístico tem diversos problemas em sua atuação, pois ainda “não se reconhece no Guia cadastrado um profissional capacitado para atuar nas mais diversas situações de uma viagem” (HINTZE, 2007, p. 113)⁵¹.

Outros profissionais que trabalham com guiamento são os Monitores Ambientais. No Estado de São Paulo a Resolução SMA-32⁵², de 31 de Março de 1.998 que “regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado” (SÃO PAULO, 1998) institui a figura do monitor ambiental nas

⁴⁸ Optamos por tratar os profissionais de guiamento (guias, monitores etc.) por condutores.

⁴⁹ À época da promulgação da lei este profissional estava subordinado ao Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR.

⁵⁰ *Trade* palavra inglesa que no caso do turismo refere-se ao conjunto das empresas, profissionais, etc que exploram a atividade. Optamos por deixar o termo trade, pois é palavra comum no jargão do turismo no Brasil.

⁵¹ Para mais informações sobre o guia de turismo profissional, consultar HINTZE, H. **Guia de turismo: formação e perfil profissional**. São Paulo: Editora Roca, 2007. 146p. Este livro contém as informações acerca da profissão do guia de turismo e seu perfil profissional. Foi escrito entre 1999 e 2002 e apresenta uma abordagem técnica. Muitas das considerações que faço na obra aperfeiçoaram-se e algumas até mesmo já se alteraram. O livro foi publicado em 2007. No período entre 2003 e 2006 minhas reflexões sobre o mercado, o turismo e o profissional sofreram grandes (trans)formações, conforme narro no prefácio da obra.

⁵² O tema do trabalho de conclusão de curso da pós-graduação em Ecoturismo pelo Senac São Paulo (campus Águas de São Pedro) foi a elaboração do “Curso de monitoria ambiental da floresta estadual ‘Edmundo Navarro de Andrade’, Rio Claro-SP: releitura e proposta” – SENAC. 2004. O desenvolvimento deste trabalho foi fundamentado na leitura da Resolução 32 da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e em sua análise crítica para a apresentação de uma nova proposta de Curso de Monitoria Ambiental.

unidades de conservação da unidade da federação.

Pudemos perceber que para as operadoras entrevistadas, o papel do condutor de grupos é fundamental. A experiência do ecoturista passa fundamentalmente pela competência deste profissional. O representante da Operadora 1 comenta que “a escolha do guia adequado para cada perfil de visitante é uma coisa importante, a gente toma bastante cuidado com este item por entender que na hora da visita é um profissional que faz a diferença total” (OPERADORA 1) e complementa dizendo que não existe fórmula pronta para o trabalho do condutor e sendo que “como fazer é o desafio. Acho que isso não tem uma fórmula pronta. Eu acho que do ponto de vista do guia pega muito por características pessoais” (OPERADORA 1).

Embora as características pessoais do condutor sejam importantes, acreditamos que não sejam suficientes para produzir um profissional que tenha condições de realizar as atividades de educação ambiental. É necessário estudo e preparação. Esta falta de preparo é um problema que a Operadora 1 aponta dizendo que “não existe uma escola de guia [...] não existe uma cultura do trabalho de guia, principalmente no ecológico, no turismo de aventura, muito clara, de qual é o papel deste guia” (OPERADORA 1).

A Operadora 2 diz que “o papel do guia é muito maior do que todo mundo pensa [...] é um trabalho de professor [...] com a diferença que ele está em campo” (OPERADORA 2). A estes profissionais é atribuída a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de uma viagem.

O representante da Operadora 3 apresenta também a contrapartida do papel do condutor quando este acaba causando a antipatia do visitante, pois “tem muito guia que quer mostrar que é bom. Ai o cara [o condutor] se torna desagradável. E ai você tem o mesmo problema, o cara [o ecoturista] que pega aversão do guia, ele não escuta o que o guia tem a dizer pois ele não gosta do guia” (OPERADORA 3). Novamente reincidindo a questão da transmissão da informação como forma criticada de educação.

No caso do ecoturismo, o condutor de grupos é, por vezes, um morador local e é quem conhece o lugar. Este deve ter uma postura de humildade (no sentido do respeito à compreensão do não-conhecimento do visitante em relação ao local visitado) para com aquele que desconhece o lugar e essa atitude de respeito frente aos visitantes

deve estar “mergulhada no silêncio fecundo, gerador da dúvida e da vontade de conhecer, forças propulsoras da criação, razão primeira da realização da atividade” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

Para favorecer uma experiência em ambiente natural, o condutor deve “desconhecer o lugar, para permitir ao guiado o direito de construir sua percepção sobre o próprio lugar” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). Isso tem um tempo que deve ser respeitado por parte de quem conduz a atividade. Este é um ponto de conflito entre o tempo necessário a tal construção e as demandas dos pacotes ecoturísticos.

Obviamente que o condutor de grupos deve estar totalmente atento às normas de segurança e às informações básicas do lugar, tais como clima, relevo, vegetação, fatos históricos etc.

No transcurso de tais atividades deve haver muita atenção à questão da transmissão de informações. As informações que são apenas transferidas, logo se apagam da memória das pessoas e não conseguem produzir uma modificação em seu comportamento. Reconhecemos que se algum tipo de informação é necessária, esta deve ser transmitida “de forma a não desautorizar os sentimentos” (MENDONÇA, 2005, p. 248). As possibilidades de aprendizado não são criadas a partir apenas da transmissão de informações. As sensações percebidas em um ambiente natural são proporcionadas por diferentes sons, texturas, cores, aromas, típicos daquele lugar e que normalmente não são mais vivenciados em cidades. A percepção destes é um exercício que deve ser estimulado em todos os visitantes. O papel do condutor é criar condições para que os participantes da atividade possam estar no local “não só fisicamente, mas mentalmente também” (MENDONÇA, 2005, p. 248).

O passeio deve fluir da maneira mais livre possível, deixando o visitante construir suas impressões sobre o local, sua gente, cultura etc. a partir de seu próprio referencial. Este é o momento do (re)conhecimento do local por parte daquele que o visita.

A interpretação do visitante se dará em um momento posterior ao da experiência da visita. A interpretação é “a construção crítica derivada da experimentação. Dá-se como tempo e lugar posterior, de elaboração. É posterior ao ato. É razão sobre emoção” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

Ao final da experiência, a reflexão sobre a mesma, sobre o que ali foi vivido. O condutor dos visitantes tem o papel de provocá-la. Uma conversa com os participantes da atividade para livremente apresentarem suas impressões sobre o vivido: emoções, sentimentos, sensações vividas durante o passeio. Uma proposta como essa “confere múltiplas dimensões a interpretação do local, passando a vivência, a habitar um espaço de reconhecimento das múltiplas vertentes de liberdade” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

A criação de um ambiente de debates neste momento é uma possibilidade de síntese a ser atingida em diferentes níveis pelos visitantes quando “as informações são combinadas com reflexões, e quando as emoções e impulsos podem ser observados e redirecionados para ações que priorizam o bem comum” (MENDONÇA, 2005, p. 25).

Acreditamos que o contato entre seres humanos e natureza pode trazer consigo possibilidades de aprendizado aos primeiros. Não uma simples incursão sem preparo em um ambiente natural, mas por meio de atividades devidamente estudadas e planejadas por quem a isso se propõe.

Os limites deste trabalho nos impedem de abordar as visitas à natureza daquelas pessoas que não necessitam da mediação de uma operadora turística, no entanto, reconhecemos como igualmente ricas tais oportunidades. Pensamos aqui justamente naquelas pessoas que ainda não se sentem à vontade para poder visitar ambientes naturais sem um devido acompanhamento, seja por desconhecimento dos locais, por medo de viajarem sozinhas, ou por quaisquer outros motivos.

A necessidade de se vivenciar experiências em ambientes naturais leva o homem moderno (pós-moderno?) a buscar tal contato. O sistema capitalista vê nesta necessidade mais uma oportunidade de transformá-la em mercadoria. Então, veremos a questão do Ecoturismo como mercadoria e como espetáculo.

5 O ECOTURISMO COMO MERCADORIA E ESPETÁCULO

O turismo, por exemplo, se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e comportamentos.

GUATTARI

O ecoturismo é composto por atividades que oferecem um conjunto bastante amplo de mercadorias. Ele se apropria das mais diversas características do ambiente, de elementos tangíveis e intangíveis, e da própria sociedade para compor seu produto. Apropria-se do lugar propriamente dito, convertendo toda possível diferença em mercadoria.

A apropriação de temas pelo ecoturismo se dá na conversão de recursos em atrativos turísticos, que a tendência hegemônica chama de “oferta primordial” (ANSARAH, 2001, p. 24). Ele pode apropriar-se de elementos naturais como a paisagem, cachoeiras, trilhas, parques, chegando mesmo a elementos intangíveis, como já foi dito anteriormente como o ar puro, por exemplo; de elementos culturais, como as próprias populações, por meio de sua produção em forma de culinária, artesanato, danças, folclores etc. e como mão-de-obra: no caso das atividades tradicionais, que são substituídas por outras, agora ligadas à prática do ecoturismo como, por exemplo, vaqueiros, mateiros etc. que passam a trabalhar com condutores de grupos (ANSARAH, 2001).

Mercadorias como botas, cantis, camisetas, calças, meias, barracas, veículos 4x4 são exemplos corriqueiros praticamente ‘obrigatórios’ para as práticas do ecoturista. No entanto, na cultura de consumo o ecoturismo é uma busca incessante por transformar qualquer coisa que não seja necessariamente uma mercadoria em algo vendável em algum mercado. Assim, o ecoturismo tal qual o turismo procura “promover a ‘venda’ da natureza, das construções históricas, das manifestações folclóricas” (OURIQUES, 2005, p. 49), produzindo o desejo de consumo de tais bens.

Na direção da análise do ecoturismo como consumo dos atrativos (que podem ser praticamente qualquer coisa), ou melhor, como consumo de suas imagens, o uso de tais lugares não é direto e sim contemplativo: não se leva o atrativo para casa, o consumo da imagem é feito no local. Então, no ecoturismo como atividade espetacular,

a visão é o sentido mais utilizado, pois é o “mais abstrato e mais passível de mistificação” (DEBORD, 2004, p. 18). Esta questão é primordial para o entendimento do ecoturismo. Embora haja até mesmo certa interação com os locais ao se fazer uma trilha, descer uma cachoeira, explorar uma caverna, visitar a casa de um morador local, estas interações se dão de forma passageira. Ao final da experiência, o que se leva para casa ou são lembranças ou são souvenirs comprados no local.

O ecoturismo transforma a consciência das pessoas em consumidoras da natureza, transforma-os em ecoturistas. Torna-se então mais um produtor de consciências conformadas ao consumo. Um público específico, um nicho de mercado nos dizeres do marketing quando discorre sobre a segmentação do público consumidor.

Além destes elementos, o tempo das comunidades receptoras é igualmente transformado em mercadoria, adequando-o ao tempo do capital, por meio de roteiros pré-formatados de acordo com a disponibilidade do cliente-turista-pagante. Assim, a relação das comunidades com o tempo é adequada à pseudo-ciclicidade do tempo do capital (DEBORD, 2004).

Observar o ecoturismo do ângulo da cultura de consumo reforça perguntas anteriormente colocadas. Há limites para uma educação não-formal no consumo? Atos de consumo (práticas do mercado do ecoturismo) podem converter-se em ações educativas (da educação ambiental não-formal)? Qual educação é essa e a quem ela serve?

Na cultura de consumo, a atividade ecoturística é uma metáfora precisa da sociedade do espetáculo, pois é bastante evidente a presença de mecanismos espetaculares como a transformação, revalorização e ressignificação das coisas, lugares e acontecimentos para a venda sob forma de pacotes pelo ecoturismo. Pode se perceber que praticamente tudo pode ser atrativo turístico. Essa produção (reprodução?) do turismo é um fenômeno ininterrupto que obedece a um mecanismo de renovação da apresentação de pseudonovidades sob a forma de lançamentos de novos pacotes com destinos ‘exóticos’. Assim como nos dizeres de Debord

por esse movimento essencial do espetáculo, que consiste em retomar nele tudo o que existia na atividade humana *em estado fluido*, para possuí-lo em estado coagulado, como coisas que se tornaram o valor exclusivo em virtude da *formulação pelo avesso* do valor vivido, é que reconhecemos nossa velha inimiga, a qual sabe tão bem, à primeira vista, mostra-se como algo trivial e fácil de compreender, mesmo sendo tão complexa e cheia de sutilezas metafísicas, *a mercadoria*⁵³ (DEBORD, 2004, p. 112).

Podemos perceber que a questão da apropriação da cultura de consumo passa ao largo dos livros escritos pelos estudiosos que analisam o turismo no Brasil, ao menos aqueles que se dedicam a analisá-lo essencialmente do ponto de vista econômico, sem levar em consideração as questões acima expostas.

Especificamente, o tema natureza é apelo recorrente no ecoturismo e deve ser compreendido como uma de suas principais apropriações, especialmente por conta da educação ambiental no ecoturismo dar-se no suposto contato entre seres humanos e natureza. É preciso que reflitamos sobre como a mercadoria-natureza é comercializada pelas empresas de ecoturismo que a ressignificam em termos de imagens e símbolos. O ecoturismo relaciona-se com o mercado turístico na forma do consumo da natureza (RODRIGUES, 2000, p. 173-180).

Natureza no linguajar cotidiano significa “o mundo material, especialmente aquele em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas; tudo quanto existe no cosmos sem intromissão da consciente reflexão humana” (HOUAISS, 2001, p. 1998). Tem sua origem etimológica no latim *natura* que em essência significa “a natureza personificada, o princípio criador, essência das coisas, caráter, propriedade, índole, instinto” (HOUAISS, 2001, p. 1998). O ser humano sempre procurou seu significado (LENOBLE, 1990, p. 27).

O que conhecemos por natureza é uma criação da própria cultura. É um conceito social, historicamente construído. Afinal, para o ser humano ela pode assumir várias interpretações: é a “vontade dos deuses do mar, [...] uma hierarquia de formas organizadas; [...] uma máquina, mãe [...] admirável e terrível” (LENOBLE, 1990, p. 28-29). Cada época da história formou sua concepção sobre o assunto. Mas quais serão suas concepções nos dias atuais?

Na busca de resposta para esta pergunta, procuramos orientação nas crenças

⁵³ Debord faz várias referências implícitas a Marx no decorrer de seus textos.

judaico-cristãs que estão fortemente enraizadas na vida ocidental moderna. Nossa concepção de natureza passa por tais filtros. E sob tal convicção, esta foi criada por Deus que dá ao homem a incumbência de nomear todas as coisas na terra:

havendo, pois o Senhor Deus, formado da terra todos os animais do campo, e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem, para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a todos os seres vivos, esse seria o nome deles (GÊNESIS, II, v. 19)

Assim, Deus cria materialmente a natureza e tudo o que nela há, e o homem a cria simbolicamente, através dos nomes. E não havia distinção entre homem e natureza, pois todos compartilhavam do mesmo jardim, afinal, da mesma perfeição. Com a queda do homem, e da mulher “abriram-se, então, os olhos de ambos; e percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira, e fizeram cintas para si” (GENESIS, III, v. 7), passando a partir deste momento, a observar a natureza de fora. Estava sentenciado que o homem deveria trabalhar afinal “do suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado: porque tu és pó e ao pó tornarás” (GENESIS, III, v. 19). O homem, criação máxima de Deus, perde o paraíso na terra. Inicia-se aí, a busca pelo (re)encontro. A metáfora do jardim, no sentido de paraíso e de sagrado, é comumente utilizada pela mídia para a venda pelo ecoturismo das localidades supostamente intocadas pelo ser humano para a realização das práticas ecoturísticas.

Mais à frente, ainda no Gênesis, temos a condição de domínio de toda a natureza – entregue por Deus – ao homem

Pavor e medo de vós virão sobre todos os animais da terra, e sobre todas as aves dos céus; tudo o que se move sobre a terra, e todos os peixes do mar, nas vossas mãos serão entregues. Tudo o que se move, e vive, ser-vos-á para alimento; como vos dei a erva verde, tudo vos dou agora (GÊNESIS, II, v. 19).

Simbolicamente, a ‘queda’ do ser humano é sua cisão com a natureza. A partir deste fato, o domínio da natureza pela humanidade exigirá esforço, ciência e trabalho.

O desenvolvimento da moderna ciência dessacralizou parcialmente o mundo e permitiu que o homem pudesse enxergar a natureza como uma complexa máquina e decompô-la, peça por peça, analisar suas partes para tentar compreender o todo, para

dominá-la, assim como Deus havia pré-dito. Agora, o homem não necessita mais do benefício divino, pois a partir de seu próprio esforço pode conseguir o paraíso. Pode agora criá-lo e recriá-lo.

Podemos perceber que o olhar humano é fundamental na relação com a natureza, pois este observa e valora a natureza de diversas maneiras. As questões acima destacadas são essencialmente valorativas e “centrais para a consideração das concepções a respeito do mundo natural e das práticas em relação a ele” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17).

Por um lado, há o valor regido pela ética antropocêntrica, que podemos chamar de ética do uso, a qual “vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’ da natureza” (CAPRA, 1996, p. 25) assim a natureza toma valor pelo que ela pode proporcionar à humanidade e esta “é livre para empregar às suas próprias e variadas finalidades” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17). Capra compara este tipo de pensamento à ecologia rasa (CAPRA, 1996).

Por outro lado, a visão ecocêntrica – que Capra (1996) associa à ecologia profunda⁵⁴ - enxerga o valor intrínseco como sendo aquele que “existe por seu próprio direito, por sua natureza” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17), tornando-se uma ética da natureza, que “sustenta que as entidades não-humanas são de valor igual ao da espécie humana” (WEARING; NEIL, 2001, p. 17).

Ao olharmos para o mundo atual podemos perceber que a ética de uso é a hegemônica, tomando por base a relação que a sociedade ocidental atualmente tem com a natureza sob o discurso do crescimento econômico. Podemos citar ao menos quatro diferentes categorias de justificativas instrumentais para a conservação da natureza que são cortadas por tal viés. Assim, a natureza pode ser vista como (a) fonte de sentido para a vida (MENDONÇA, 2005) e referência ao belo: vista como uma catedral na qual seu valor é baseado na possibilidade do despertar espiritual e do deleite estético (WEARING; NEIL, 2001); (b) pode igualmente ser vista como fonte de

⁵⁴ “A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma grande rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.” (CAPRA, 1996, p. 25-26)

recursos e ser comparada a um silo (WEARING; NEIL, 2001) no qual está estocada a diversidade genética, a biodiversidade; (c) pode ainda ser vista como laboratório e servir aos desígnios humanos como palco para as pesquisas científicas (WEARING; NEIL, 2001); (d) e por fim como ginásio de esportes no qual, “torna-se o local ideal para o turismo e a recreação” (WEARING; NEIL, 2001, p. 18).

Sob tal justificativa, a teoria do ecoturismo alardeia a busca por uma natureza que é fundamentalmente diferente do lugar de onde parte o ecoturista, normalmente a cidade. A busca por uma natureza supostamente intocada, longe do contato humano, para ser (usu)fruída. Essa é a confirmação acerca do neomito da natureza intocada, pois “a natureza em estado *puro* não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens ao longo dos séculos” (DIEGUES, 2001, p. 86). Essa busca por um local intocado é normalmente qualificada nas propagandas sobre pacotes ecoturísticos como locais onde existem “praias paradisíacas”, sendo que “muitas ainda desertas” nas quais você pode “sentir as vibrações positivas” e pode encontrar “plantas exóticas”. Como vemos, a figura do paraíso é reincidente. A busca pelo paraíso é fundamental para o ecoturismo e parece justificar o consumo da natureza por parte de seus praticantes.

A produção do ecoturismo apela ao romantismo e resgata o passado e a natureza de maneira idealizada, abstraindo dela os problemas da difícil convivência que a humanidade encontra. Podemos perceber que é a mesma dinâmica que Keith Thomas descreve – referindo-se à Inglaterra do século XVII - dizendo que a

intensificação de uma aguda separação entre cidade e campo, mais nítida que qualquer coisa que possamos encontrar na Idade Média, o que encorajou esse anseio sentimental pelos prazeres rurais e a idealização dos atrativos espirituais e estéticos do campo (THOMAS, 1988, p. 297).

Quanto maior a urbanização, maior a busca por uma natureza supostamente intocada. O mesmo autor nos mostra ainda que a busca da natureza via turismo já se desenvolvia, pois se referindo aos períodos de lazer e pequenas viagens, comenta que “o maior conforto na vida cotidiana tornava as provações mais árduas – desde que ocasionais – mais atraentes para as classes médias em férias” (THOMAS, 1989, p. 310).

Em tempos da modernidade líquida a natureza é concebida como mercadoria pela cultura de consumo na sociedade do espetáculo e é mercantilizada como atrativo, por meio do ecoturismo que lhe atribui novos significados. Afinal, a cultura de consumo tem como premissa a expansão da produção de mercadorias, que dá origem a uma cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo (FEATHERSTONE, 1995, p. 31). Dentre tais locais, a natureza parece ser a nova fronteira a ser desbravada, pois é nesse desbravamento que deve ser revivida a busca pelo paraíso perdido e desafio que resulta da “queda”. Estamos neste momento em camadas profundas da subjetividade humana. Quando pensamos nesta estratégia, percebemos a tendência da utilização do uso dos processos de consciência ambiental para vender novos produtos; o ecoturismo amplia tais territórios, invadindo natureza e subjetividade humana.

6 O ECOTURISMO COMO REAFIRMAÇÃO DO TURISMO CONVENCIONAL

No início deste trabalho, fizemos várias perguntas sobre a atual condição do ecoturismo no mercado turístico. Será ele a re-afirmação 'sob uma nova ótica' do turismo convencional como estratégia para sua manutenção? O ecoturismo é conceituado em ampla bibliografia⁵⁵ como uma alternativa ao turismo convencional. Tal caráter alternativo está fundamentado no quesito educacional, na preocupação com a questão da conservação do ambiente visitado, no envolvimento das comunidades locais em sua operação etc. Analisamos até aqui o ecoturismo sob a ótica da cultura de consumo em suas relações com o turismo convencional como seu segmento e com a educação ambiental como possível veículo para sua prática no âmbito não-formal. Sabemos dos limites da produção deste mestrado e da abrangência de sua pesquisa de campo. Agregando o material coletado nas entrevistas, apontaremos alguns motivos para uma reflexão sobre o papel do ecoturismo como reafirmação do turismo convencional. Acreditamos que as entrevistas realizadas possam ser repetidas com outras operadoras para ampliar o quadro de debates.

O mercado de turismo tem sua lógica coagida pela dinâmica do lucro de curto prazo e não respeita a sustentabilidade social, cultural ou ecológica de longo prazo

⁵⁵ Para aprofundamento recomendamos a leitura das obras: ANSARAH, M.G.R. **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. v. 2, 406 p.; BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.; CASCINO, F.A.; FIGUEIREDO, F. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a educação ambiental. In TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 547-554; SERRANO, C.M. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed.. São Paulo: Ed. Papirus, 2001. p. 59-84.; MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. 255 p.; MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 154-169.; MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Ed. Chronos, 2003. 127 p.; PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 272 p.; PIRES, P.S. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 483-494.; SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Ed., 2000. p. 171-188.; SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Ed. Chronos, 2000. p. 7-24.; SERRANO, C. produto ecoturístico. In: ANSARAH, M.G.R. (Org.). **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. p. 203-234.; SERRANO, C.A.; BRUHNS, H.T. (org.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. 150 p; WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. 1a edição brasileira. São Paulo: Manole, 2001. 256 p.

(WEARING; NEIL, 2000, p. ix). Sendo o ecoturismo, um segmento do turismo, por conseguinte ele obedece à mesma lógica e “vai ser colocado por alguns de seus críticos entre tais produtos ‘esverdeados’ para o consumo das classes médias” (SERRANO, 2000, p. 11), correndo o risco de ser manobrado por ações fundamentadas apenas na busca do lucro (CASCINO, 2000b, p. 201).

Alguns representantes do *trade* turístico levados pelo oportunismo passam “a incorporar a ecologização, de forma superficial e não comprometida, como ingrediente ‘esverdeante’ de seus negócios ou projetos em torno do (eco)turismo” (PIRES, 2005, p. 163).

O ecoturismo é apropriado de várias maneiras pelo mercado turístico, nem sempre considerando seus pressupostos fundamentais. Tal apropriação é favorecida pela imprecisão semântica e pelo descolamento conceitual que o ecoturismo sofre com sua conseqüente pulverização para utilização do mercado turístico. Muitas operadoras turísticas têm se utilizado do ambiente natural apenas como cenário para a realização das atividades (PIRES, 2002, p. 161). Os representantes das operadoras entrevistadas apontam para cobranças que recebem. O representante da Operadora 3 relata que

nossos colegas ambientalistas que não foram trabalhar com ecoturismo, eles achavam que era uma heresia a gente querer ganhar dinheiro com o meio ambiente. Como assim, você é ambientalista ou você tá fazendo negócio? Há uma cobrança muito grande neste sentido (OPERADORA 3)

A utilização do prefixo *eco-* funciona como a redenção do termo ao qual é encampado, como um sedativo para a consciência das classes médias. O uso mercadológico de *eco-* funciona como uma nova roupagem para o que ainda pode ser antigo. Tudo agora é *eco-*. Por exemplo, veículos como o EcoSport, postos de gasolina ecológicos, ecoresorts, ecoempreendimentos, programas de Ecoeficiência em empresas de diversos ramos utilizam-se desta estratégia de marketing. Ser ecologicamente correto está definitivamente na moda, no entanto, esta postura traz cobranças e a Operadora 1 queixa-se disso, afinal

a questão sócio-ambiental é mais cobrada de quem por o eco- no nome. Quando você se apresenta como uma empresa de ecoturismo, de turismo de aventura, em geral a mídia te pergunta se você é consciente. Ninguém pergunta isso para uma grande rede hoteleira, para uma CVC. Deveria perguntar, pois o grande impacto vem do grande capital. (OPERADORA 1)

Podemos perceber aqui que há nos dizeres da operadora, explicitamente afirmado que a responsabilidade pelo grande impacto é proveniente do grande capital na figura das grandes operadoras e implicitamente, se dá a entender que operadoras de pequeno porte não comungam de tal responsabilidade.

Para tal operadora a segurança (item que consideramos essencial à prática do ecoturismo) e o conforto são diferenciais de seu produto. A questão do conforto subverte os pressupostos analisados do ecoturismo (baseados na sustentabilidade, na educação e na relação com as comunidades locais). Para a operadora essa “é a idéia do ecoturismo: tratar bem o cliente, não é tratar mal o cliente em troca de uma experiência na natureza. Não. É ter o máximo de experiência na natureza, mas com bom serviço”. (OPERADORA 1)

Objetivo do ecoturismo-mercadoria é tratar bem o cliente em primeiro lugar, pois é ele o ator que participa pagando pelos serviços. É por meio do cliente que vem o dinheiro. Sabemos que o ecoturismo como um segmento de mercado do turismo tem como objetivo a exploração turística de ambientes naturais. Para que tal atividade exista com a segurança e o conforto requeridos pela operadora torna-se necessária a adaptação do local visitado. Porém é o comportamento do ecoturista que deveria ser “determinado segundo o meio ambiente” (WEARING; NEIL, 2001), afinal é isso que o diferencia do turista convencional que procura adaptar o meio ambiente para ajustá-lo a seu comportamento usual.

O que pudemos observar em nossas entrevistas é que essa prerrogativa nem sempre é cumprida. A Operadora 1 considera que experiência ecoturística é bem sucedida quando o ecoturista

tem um hotel que ele pode a noite ligar um ar condicionado e dormir bem. Ele vai acordar mais disposto e entender que aquele é um destino legal e se a experiência toda de visitação dele é uma experiência positiva, ele gera um sentimento mais positivo em relação ao ambiente (OPERADORA 1)

O uso de ar condicionado como idéia de conforto é abordada pela operadora como um diferencial que pode ajudar o turista a perceber que aquele lugar, chamado de destino por tal operador é legal e que isso pode inclusive auxiliar numa experiência mais positiva. A experiência de consumir um produto de qualidade fica clara aqui como fundamental para que o cliente / turista possa ter um suposto sentimento mais positivo em relação ao ambiente ou ao produto que ele comprou. Segundo tal visão, a experiência positiva depende da alteração do ambiente por meio da implantação do sistema de ar condicionado, entre outros recursos que na verdade mascaram a realidade local. Como afirma Zysman Neiman

pintar de verde o produto é muito fácil, dá um dinheirinho aqui, um dinheirinho ali, contrata o cara local e diz que está ajudando à comunidade, pronto! Mas na hora que o cliente ligar, mas tem frigobar? [...] fica forçando a barra para o serviço local ser padronizado (NEIMAN).

A padronização do serviço local, a adaptação dos ambientes visitados, sejam eles cavernas, lagos ou residências de moradores é um fato no planejamento do ecoturismo que pensa no ecoturista como cliente e em primeiro lugar em comparação à comunidade e ambiente que a ele devem se adaptar. Outro ponto importante é que toda esta adaptação acaba por mascarar a realidade local e é o próprio visitante que fica impossibilitado de uma troca mais real com o estar / sentir aquela experiência, pois está cercado da mesma parafernália que deixou em sua residência.

Pensando sob o aspecto do simulacro podemos comparar o turismo ao cinema (MORIN, 2000), pelo fato do primeiro ser uma forma de mercantilização das experiências que envolvem uma percepção esteticamente mediada (FEATHERSTONE, 1995). A Operadora 1 procura “preparar a visita na hora mais bonita mesmo, na hora em que o sol está batendo na cachoeira, que um raio de luz está entrando numa gruta” (OPERADORA 1) para proporcionar a melhor experiência aos seus turistas a fim de gerar “um vínculo com a região selvagem que também é educação” (OPERADORA 1).

O simulacro não está restrito aos ambientes reconstruídos nas cidades, mas

presente nas atividades na natureza que buscam o risco controlado (SERRANO, 2000), como as do ecoturismo em sua vertente de aventura. Neste caso, o ecoturismo pode apresentar-se como a reafirmação do individualismo, característica marcante de nosso tempo, mesmo que tal individualismo, “se revista de uma aura de auto-conhecimento/espiritualização” (SERRANO, 2000, p. 15) nas atividades em meio ao ambiente natural.

A Operadora 2 acredita na contraposição entre o turismo convencional e o ecoturismo, como atividade que leva pessoas para contato com a natureza em uma experiência necessária e diferente do primeiro, que aí sim é o simulacro. Para sua representante

estar em contato com a natureza é uma experiência necessária. Se leva para lá [a natureza] porque é um tipo de atividade que se traz além do contexto turístico que a gente entende como viagem, produtos comerciais, se traz um outro tipo de benefício, que seria um benefício pessoal, contato com a natureza, contato com outras experiências, quando você faz o eco e tem contato com uma pequena comunidade, outras culturas mais nativas, você tem uma experiência pessoal, um enriquecimento pessoal, no contato com outras coisas, não o *fake*, como quando você vai para um destino tradicional, Recife, Natal, você entra num show típico, que não tem nada típico, é tudo uma grande montagem [...] a idéia é fazer outra coisa, é trazer as pessoas no contato com a cultura nativa, a natureza que a gente entende como um processo fundamental para o ser humano esse contato (OPERADORA 2).

Para a representante da operadora, o turismo convencional é o *fake* (o impostor, em inglês) um show típico, uma grande montagem e coloca o ecoturismo como a experiência verdadeira. Mas, tal atividade é tida como experiência, depois da afirmativa que ela é uma atividade turística, implicitamente indicando que em primeiro lugar, para a operadora vem a questão da exploração turística.

A busca por novas experiências (WEARING; NEIL, 2001) é ponto comum entre os dois tipos de turismo. Podemos questionar o ecoturismo em seu pretense caráter de alternativo frente ao turismo convencional, afinal os interesses dos ecoturistas por tradições, etnias e natureza são manipulados pelo marketing ecoturístico que “contribui para a (re)invenção dessas mesmas tradições, exotismos e temporalidades” (SERRANO, 2000, p. 16). A busca pelo consumo da experiência no ecoturismo aproxima-o de seu par, o turismo convencional.

Para Neiman, muitos roteiros de mercado acabam por impermeabilizar a

experiência do ecoturista, comentando acerca da realidade local, dos problemas vivenciados e de uma possível troca de experiências entre visitantes e visitados. Nos pacotes de ecoturismo, muitas vezes o ecoturista durante sua visita

é impermeabilizado em relação a estas questões, os caras [a operadora] te botam numa pousada linda, maravilhosa e charmosa, te põem lá no roteiro, você vai com o guia pra lá e pra cá, e você fica meio impermeabilizado para sacar estas coisas, o roteiro não te favorece isso, enquanto que eu acho que deveria ser uma obrigação, por que isso é o rico da coisa, é rico como experiência para a pessoa que está indo (NEIMAN).

Podemos ainda aproximar turismo e ecoturismo pensando sobre a questão da movimentação entre origem e destino, meios de transporte utilizados como no caso do avião para longas distâncias, pois especialmente os destinos ecoturísticos estão normalmente localizados longe dos grandes centros emissivos. As características operacionais do ecoturismo exibidas na parte conceitual, quando existem, são apenas mudanças em escala que contemplam menor número de turistas, tamanho de operadoras etc.

Outra questão a ser feita em relação a tal caráter alternativo é quanto às contribuições positivas da prática do ecoturismo para o meio ambiente, pois se o meio ambiente não tiver alcançado ao menos “um benefício líquido no que se refere à sua sustentabilidade e integridade ecológica, então a atividade não é ecoturismo” (BUTLER⁵⁶, 1992 apud WEARING; NEIL, 2001, p. 10). Tal afirmação põe em xeque algumas práticas de mercado, especialmente se considerarmos a ação de empresas ecoturísticas.

As semelhanças entre a prática do ecoturismo e a do turismo convencional merecem questionamento, pois obedecem aos ritmos que condicionam nosso tempo. Se o ecoturismo busca ser uma alternativa ao turismo convencional, não será apenas por ser realizado em um ambiente natural ou por visitar casas de pessoas de uma comunidade tradicional etc. que ele poderá obter tal chancela.

Quanto à questão do planejamento das atividades educacionais, pudemos perceber nas falas dos representantes das operadoras uma espécie de consenso sobre

⁵⁶ Ecotourism: its changing face and evolving philosophy. Paper presented at the International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), IVth World Congress on National Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela, 10-12 Feb.

o não embasamento conceitual de tais atividades por eles praticadas. Nenhuma das operadoras entrevistadas tem preocupações com a elaboração teórico-conceitual de atividades educativas em seus pacotes ecoturísticos. O representante da Operadora 1 comenta a esse respeito dizendo que

Não. A gente lê muito hoje em dia, mas posso te dizer que ninguém se preparou para começar isso... a gente foi aprendendo meio na marra, um pouco por sensibilidade, por querer agradar o visitante, e fazer a coisa direita. [...] A gente nunca leu grandes tratados de turismo. [...] Nós não temos nenhuma linha filosófica a seguir. [...] A gente é mais empírico (OPERADORA 1).

No entanto, a operadora em questão procura trabalhar a educação de seus clientes por meio de materiais com informação – apostilas – que procura distribuir aos visitantes. Segundo seu representante

em alguns momentos, não posso dizer que seja uma prática constante, mas a gente, em alguns momentos, elabora materiais que a gente procura distribuir aos visitantes: panorama do que é o pantanal do Mato Grosso [...] conta o que é o pantanal, porque que existe aquela depressão, do ponto de vista geológico, o que aconteceu para se formar, a complexidade do ambiente que tem lá, a dinâmica da cheia, da enchente, da seca, o que condiciona a vida na região, aspectos interessantes exclusivos dali, o Carandá, riqueza de peixes, espécies importantes, fala um pouco da sociedade local, o que é a cultura pantaneira, a partir do conhecimento dos índios, e muitas vezes trata de alguma grande ameaça que paira sobre a região, essa apostila está ambientada na época que estava se falando com ênfase em construir a hidrovía Paraguai-Paraná, que é um projeto de altíssimo impacto ambiental e que o setor do turismo todo na região se mobilizou (OPERADORA 1).

Existe explicitamente a crença de que através de manuais ou materiais impressos se faz educação ambiental por meio da transmissão de informações a respeito do destino e de sua complexidade. Utilizar-se apenas de tais materiais é uma forma reducionista que reforça a fragmentação da compreensão do meio ambiente e obviamente, das complexas relações ambientais, sócio-ambientais etc. que o compõem. Este tipo de material pode ser utilizado se for associado a outras ações educativas. Limitar-se à utilização de apostilas, dificulta o aprofundamento das temáticas complexas que a viagem em si pode motivar por meio da intencionalidade educativa da operadora. Além de que o ambiente a ser visitado é propício a outros tipos

de atividades que privilegiem outras formas de educação, como a sensibilização, por exemplo.

Analisando criticamente a produção deste tipo de material, constatamos que ela é uma prática espetacular, pois no que diz respeito à questão abordada pela referida operadora, o setor do turismo mobilizou-se pela questão da hidrovia Paraguai-Paraná, pois esta afetaria diretamente seus negócios. Assim, assumindo ares de defensoras do meio ambiente, as empresas interessadas na manutenção de sua área de exploração turística unem-se pela causa, produzindo apostilas para entregar a seus visitantes, agregado a causa ambiental (luta pela não implantação da hidrovia) ao seu logotipo. Realiza-se algo muito próximo da educação bancária que Paulo Freire denuncia e que a educação ambiental deve combater. A apostila é um panfleto político que advoga em prol da natureza da localidade e, obviamente, da continuidade da exploração turística no local.

Os mais diversos temas da atualidade podem ser incorporados nos pacotes ecoturísticos como diferenciais competitivos e ao mesmo tempo conscientizadores do público-alvo das viagens. Temas como o aquecimento global são apropriados e espetacularizados para se tornarem partes apelativas da mercadoria ecoturismo, pois como atualmente “está todo mundo falando em aquecimento global, tema que está em primeira evidência na mídia, a gente tem procurado convidar nossos clientes a neutralizar a emissão de carbono que qualquer viagem gera” (OPERADORA 1). A operadora pode continuar a vender seus pacotes sem questionar o movimento essencial do consumo e de sua continuidade e conformar (confortar?) as consciências de seus clientes com os benefícios que seu deslocamento causará à Mata Atlântica. De acordo com tal operadora, a poluição causada pela viagem mais longa no Brasil por eles operada para Fernando de Noronha, pode ser ‘neutralizada’ plantando-se duas árvores e ‘de quebra’ colaborando para a fundação SOS Mata Atlântica. Sabemos que o tema é complexo e merece um estudo à parte, mas o abordamos aqui como exemplo da apropriação do discurso ambientalista por parte do mercado como diferencial para seus produtos. Este é um ótimo exemplo da espetacularização promovida pelo marketing do ecoturismo e da ideologia de que a compensação ambiental (poluir primeiro e depois plantar para compensar) tem efeito de reverter da poluição promovida

pelo consumo da viagem ecoturística. Tal ideologia não permite que seja atacado o ponto central que é o consumo em si.

A respeito da fundamentação teórica para atividades educativas em seus pacotes, a Operadora 2 comenta que eles trabalham

mesmo com a experiência de mercado, conversando, indo e participando, eventos aqui e ali, governo, e tal [...] é muito de prática, é muito do dia-a-dia, no que a gente escuta, no que a gente conversa, vai a campo para ver, [...] também muito com a imprensa, uma relação bacana com a imprensa [...] a gente vai fazendo basicamente em cima da experiência de mercado (OPERADORA 2).

Fica bastante evidente que a experiência de mercado e da relação com outros parceiros é fundamental para a operadora em questão. A fundamentação teórica também não faz parte das práticas desta empresa.

Há até mesmo aversão quanto ao tratamento conceitual das atividades educacionais, conforme nos aponta o representante da Operadora 3 que diz que

eu tenho um pouco de aversão a essas questões conceituais todas [...] para mim educação ambiental pressupõe uma coisa de continuidade, extensa. Eu não faço educação ambiental neste sentido como uma escola, eu sou uma empresa, que se propõe a levar as pessoas com todo respeito para um contato harmonioso, uma integração com o meio ambiente. Eu não tenho a menor dúvida que fazendo este trabalho eu tenho a oportunidade de estar tocando as pessoas, dando alguns toques principalmente através da atitude, da postura (OPERADORA 3).

Embora as operadoras critiquem a educação no ecoturismo, relacionando-a a educação formal, a representante da Operadora 2 afirma que em muitos dos destinos, dentro do roteiro “já está incluso uma palestra sobre Baleia Jubarte, na Amazônia, é porque muitas vezes eles ficam em lugares que são sede de projetos” (OPERADORA 2). Ora, uma palestra é uma atividade formal, normalmente realizada em uma sala fechada com recursos visuais etc. realizada longe do ambiente natural propriamente dito.

Em diversos momentos das entrevistas, os representantes das operadoras mostraram seu incômodo com a questão da forma de se trabalhar questões educacionais por parte dos condutores de grupo no ecoturismo. A operadora 1 aponta que

a relação é necessária, mas a questão da forma é onde a coisa pega. Porque também o estereótipo que existe da questão da educação ambiental na visita turística é aquele guia chato, que pega essa questão da educação ambiental ao pé da letra, que o todo tempo está falando de algum atributo do meio ambiente, alguma coisa que ele aprendeu, que ele leu no livro. E chamando a atenção o tempo todo (OPERADORA 1).

E orienta seus guias à não incomodarem seus clientes com a necessidade de uma sensibilização sobre questões ambientais e a

entender que a viagem, ela tem muitos outros objetivos (objetivos e subjetivos) por parte do visitante, muitas vezes a pessoa está indo visitar exclusivamente para relaxar. Não quer dizer que ele esteja impermeável a receber uma informação, mas quer dizer que a informação não pode ser o centro da viagem, o tempo todo você estar dando informação. É importante perceber as formas, para não queimar o filme, não transformar a visita numa coisa chata, desagradável que o cara acaba até criando bronca dessa história de ecoturismo (OPERADORA 1).

Há certa fixação na informação, na transmissão da informação. A educação ambiental não-formal no caso do ecoturismo deve ser bastante diferenciada da descrita por tal operadora. É necessário procurar formas alternativas de abordagem para tais práticas. Por parte das operadoras, há a percepção de que caminhos não devem ser tomados. Acreditamos que este é um ponto importante para reforçarmos que o diálogo entre mercado e academia deve ser intensificado, pois o estudo profundo pode colaborar para eliminar tais entraves e ampliar os limites do debate.

Sem preocupação com a educação ambiental, o ecoturismo apenas reafirma as práticas do turismo convencional, pois os visitantes apenas passam pelos lugares e pelas pessoas do lugar. Passam apenas como lazer, como fuga, como válvula de escape a uma vida muitas vezes conturbada da cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquele Eu mais ao fundo, quase enterrado, quase emudecido sob a constante imposição de ouvir os outros Eus (isso significa ler!), despertou lentamente, tímida e hesitantemente - mas enfim, voltou a falar.
NIETZSCHE

Buscamos com este trabalho saber quais são os limites de uma educação ambiental exercitada nas práticas mercadológicas do ecoturismo na cultura de consumo e averiguar se existe uma preocupação com tal educação (e quais os princípios que a regem) no desenvolvimento das atividades e pacotes comercializados pelo mercado.

Se, por um lado procuramos conhecer tais limites dentro das possibilidades do contato entre seres humanos e ambientes naturais por meio das chamadas visitas à natureza, por outro tentamos por conta das entrevistas com os representantes das operadoras, conhecer a preocupação de suas empresas, traduzida por sua intencionalidade em realizar atividades interessadas no desenvolvimento da consciência ambientalista nos envolvidos com o ecoturístico.

Há que se considerar que existe um público que necessita da mediação do mercado para empreender visitas à natureza, por conta de uma série de questões que já elencamos. Diante destas necessidades, a cultura de consumo trata de produzir mercadorias que as satisfaçam (e que as renovem constantemente⁵⁷). Durante nossa entrevista, Célia Serrano afirmou que “não há como não consumir” (SERRANO). Devemos tomar como premissa que a mediação do mercado é um fato. Por isso mesmo, perguntamos sobre os limites de uma educação ambiental exercitada nas práticas mercadológicas do ecoturismo na cultura de consumo. Se de um lado, tal mediação pode ser vista como algo que inviabilize a experiência, por outro, ela é inevitável. O ecoturismo é uma mercadoria e para alcançá-lo é necessário partir do mercado que oferece a infra-estrutura para tais incursões. Buscamos aqui uma nova leitura para tais práticas, afinal o consumo pode ser “eminentemente social, correlativo e ativo” (SERRANO, 2000, p. 18). Para Canclini (1995) isso só seria possível se houvesse

⁵⁷ Tal mecanismo pode até mesmo colaborar para que a questão da segurança torne-se um novo nicho de novas mercadorias.

a reconquista criativa dos espaços públicos, do interesse pelo público, o consumo poderá ser um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e agir significativa e renovadoramente na vida social. Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade. (CANCLINI, 1995, p. 68)

A partir desse ponto, deve haver um (re)conhecer-se/indagar-se/investigar-se como forma de produção de um novo olhar sobre a imensa estimulação do consumo. É importante considerarmos o sentido da viagem como o da busca, da procura do novo, da alteridade, da diferença e que é necessário estarmos atentos às palavras de Guattari, pois muitas vezes o turismo se resume a uma “viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento” (2001, p. 9).

Chegamos a uma soma de fatores que acreditamos serem fundamentais à produção de uma experiência positiva no ecoturismo, afinal não é possível desconsiderar que passar pelo consumo é uma necessidade premente em nossos tempos. No entanto, a possibilidade da reposição do mercado e sua função em nossas vidas é real.

Assim como Ouriques (2005) promove a crítica e a desconstrução, Paulo Freire (2000, 2001, 2002) diz que a crítica é importante, mas é igualmente importante apontarmos caminhos para a construção do novo. Há que se denunciar o presente, mas há que se anunciar um futuro melhor. (FREIRE, 2000) Apresentamos uma série de considerações sobre as relações até aqui debatidas.

O significado do ecoturismo: A constatação de alguns dos efeitos da velocidade, fragmentação e superficialidade pós-modernas nos parece significativa. O conceito polissêmico do ecoturismo é um dos mais discutidos dentro do ramo do turismo, especialmente entre a academia e o mercado. Alguns autores o chamam de “guarda-chuva” (SERRANO, 2000; PIRES, 2002⁵⁸), pois envolve uma multiplicidade de atividades como as de *trekking*, *hiking*, escaladas, *rapel*, espeleologia, *mountain biking*, cavalgadas, mergulho, pesca esportiva, *rafting*, *floating*, *cayaking*, vela, vôo livre,

⁵⁸ A obra de Pires (2002) é relevante neste sentido, pois realiza um detalhado estudo sobre as dimensões conceituais do ecoturismo, no entanto, esta obra não aborda o tema do ponto de vista sob o qual nos propomos aqui, o da cultura de consumo.

paragliding, balonismo, além dos estudos do meio, dos safáris fotográficos e da observação de fauna e flora, do turismo esotérico e rural (SERRANO, 2000, p. 9)

Desde sua concepção original até as mais diversas práticas de mercado na atualidade, o conceito de ecoturismo teve grande variação de significados, permitindo que muitas atividades turísticas definidas por segmentos com interesses específicos em sua prática, pudessem ser colocadas sob tal 'guarda-chuva'. Cada segmento da sociedade que observa o ecoturismo, o faz de sua própria perspectiva ou interesses, pois o *trade* turístico, a área governamental e organismos oficiais, as organizações não-governamentais da área ambiental, as populações residentes das destinações, o público turista, o meio acadêmico e a mídia normalmente atribuem significados diferenciados ao conceito e diferentes critérios para sua prática (PIRES, 2002, p. 140).

Há muito debate em torno do ecoturismo. Ele une o ambientalismo, com um discurso que aborda (ou deveria abordar) assuntos delicados nos dias atuais como a questão da conservação do meio ambiente, da responsabilidade social (para com as comunidades envolvidas) e da educação ambiental, e o turismo que se dá pela exploração comercial de lugares, comunidades, tradições etc. e que é realizado em momentos de lazer e descontração dos turistas.

Parece-nos que a questão da polissemia do ecoturismo não é algo banal e merece ser analisada com maior profundidade. Por um lado, devido à tamanha variação de significados, fica difícil encontrar um ponto seguro para desenvolver uma análise crítica consistente, por outro, o discurso e a prática do mercado turístico têm apresentado profundas incoerências em seu desenrolar.

O descolamento conceitual do ecoturismo é causado pela condição de “mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2005, p.14) de nosso tempo⁵⁹. Na contemporaneidade e sob seus condicionantes, poucos sabem o que significa ecoturismo, este “é um termo amplo e vago” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii).

A não percepção do que representa a polissemia do ecoturismo por parte dos teóricos das linhas hegemônicas de análise do turismo aponta para algo mais profundo, cuja compreensão não é imediata. Isso é um indicador do direcionamento das abordagens atualmente desenvolvidas no campo do estudo acadêmico do turismo e

⁵⁹ Assim como acontece com a própria educação ambiental.

igualmente pode indicar a superficialidade da abordagem pelo mercado que é simplificador por conta de sua estruturação e não deseja que haja aprofundamento em questões relevantes. Os temas são abordados de maneira superficial, dificultando qualquer forma de questionamento crítico. O ecoturismo ter vários significados nos parece uma boa estratégia para que suas preocupações originais não sejam mais perseguidas e assim possa se entregar ao grande objetivo do capital: a busca do lucro de qualquer forma.

Prosseguindo nossa análise, no que diz respeito à experiência da viagem é importante considerarmos que a velocidade dos meios de transporte é um dos fatores que possibilita o deslocamento dos turistas em busca de áreas remotas para exploração, mas em compensação

com a crescente compressão do tempo/espço e com a grande difusão da compra e do consumo de imagens, a experiência que antes era bem mais significativa – o deslocamento no espaço, o consumo de objetos e signos extraordinários – deixa de ser uma atividade demarcada em relação às outras atividades sociais (LABATE, 2000, p. 64).

A fragmentação da pós-modernidade é reforçada pelo olhar da Operadora 2 para a qual o local visitado pelos ecoturistas é outro mundo. Para ela, o ecoturismo se dá quando o turista “consegue sair do seu mundo e verdadeiramente entrar num outro universo, que não está ligado só a natureza, plantas, mato, bicho, mas realmente a uma nova vivência, uma vivência diferente” (OPERADORA 2). Este pensamento aposta no ideário de *outros mundos* diferentes do nosso mercado pelo consumo excessivo, pela violência etc., mas pouco diz sobre a possibilidade da reflexão e da mudança de comportamentos ‘neste mundo’.

A superficialidade está presente nos materiais didáticos apresentados pela Operadora 1 e nas palestras oferecidas pela Operadora 2 como fontes de informações. Estas não criam possibilidades de sensibilização e reforçam a fragmentação da informação sobre os ambientes visitados, dificultando a compreensão de sua complexidade.

Curiosamente, embora as operadoras rejeitem a idéia da prática educacional durante seus pacotes, por consideraram a educação como algo formal, tais operadoras ora apresentam apostilas e manuais, ora realizam palestras – ambas as práticas de um

sistema formal de ensino.

No entanto, não podemos desprezar tais ações. Este tipo de material pode complementar outras ações das operadoras, tornando-se parte de um programa maior, de uma intencionalidade educacional mais ampla por parte das empresas.

Fundamentação teórica do trabalho de educação nas atividades ecoturísticas: Constatamos que não há embasamento teórico para a ação das operadoras, pois todas se utilizam sua própria experiência como base para suas ações. A falta de tal preocupação é decorrência da dinâmica do dia-a-dia do mercado que impõe demandas que tais operadoras consideram mais importantes que a educação. É o tempo do mercado sobrepondo-se ao tempo da educação. Isso traz um problema que deve ser apontado, pois

a desatenção a esses elementos conceituais e históricos favorece manobras, manipulação. Estas são de interesse imediato do mercado, mais preocupado em aproveitar o desvelamento da necessidade de grandes grupos em utilizar os espaços naturais para sua satisfação profunda, produzindo uma distorção enorme nas finalidades da própria atividade (CASCINO, 2000b, p. 205)

As operadoras acreditam que educação, por ser um processo chato e desmotivante e, por isso mesmo, não combina com turismo. Elas acreditam nisso porque se criaram na prática – sem estudo formal, detido e aprofundado. Todos os representantes das operadoras entrevistadas procuraram deixar muito claro que não acreditam na possibilidade de se trabalhar questões educacionais em seus pacotes. No entanto, todos eles associam a possibilidade educativa à educação formal com várias referências às palavras como aula, professor, pedagógico etc. A reincidência na afirmação de que a visita turística não é uma aula é ponto crucial na concepção das operadoras. Acreditamos que a possibilidade da educação ambiental no ecoturismo definitivamente não pode ser confundida com as práticas da educação formal.

Além de apostilas e palestras, as operadoras procuram de maneira não organizada promover ‘algum tipo de educação’ apostando na ação dos condutores de grupos que atuam como parceiros. Durante as entrevistas, os representantes das operadoras mostraram ter boa vontade e acreditar naquilo que fazem. As três

operadoras iniciaram suas atividades por projetos pessoais.

Acreditamos que todas elas têm a ganhar se considerarem que a educação a ser praticada nas atividades ecoturísticas não é a da transmissão de informações que todas elas criticaram em suas falas. A educação por meio da sensibilização deve ser estimulada nas práticas do ecoturismo, especialmente por conta das características dos ambientes por elas explorados. Falta às operadoras compreenderem que a educação ambiental não-formal é exatamente aquela praticada em outros ambientes – como naqueles em que elas atuam. Os representantes das operadoras têm a intenção de desenvolver seus pacotes de maneira respeitosa para com o meio e para com as pessoas. Acreditamos que tal intencionalidade pode ser aprimorada a partir do conhecimento efetivo das possibilidades de tal educação. É no diálogo entre academia e mercado que novas possibilidades como as que apontamos aqui em nosso estudo podem surgir.

É necessário atentar que se a intencionalidade do ato educativo for deixada aos desígnios do capital, não haverá a formação de uma consciência ambientalista, mas sim de uma consciência conformada ao consumo. É, igualmente, necessário haver mais diálogo entre a academia e o mercado, para que as operadoras turísticas possam compreender que tem em mãos mais que um produto para venda, uma oportunidade de educação e de transformação individual.

A posição da academia: A academia não deve limitar-se a observar o ecoturismo do ponto de vista econômico, do mercado ou de possíveis benefícios / malefícios que sua prática possa trazer. Os estudos científicos da tendência hegemônica de análise do turismo não compreendem a cultura de consumo e suas conseqüências. A implicação disso é a perda da visão da complexidade do assunto, focando o assunto sempre sob uma perspectiva economicista. Compreender o que o ecoturismo representa na sociedade de consumo possibilitará uma apreensão maior de sua complexidade e poderá colaborar com todos os envolvidos no processo, pois “assim ressubjectivado, o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático” (SANTOS, 2003, p. 87) colaborando com as práticas das operadoras que pretendam exercer tal oportunidade e com os ecoturistas que buscam realizar visitas

interessadas à natureza.

A educação para o turismo não precisa, nem deve ser apenas instrumentadora e apresentada como um manual de boas práticas para que as pessoas possam encaixar-se nas demandas de um mercado.

O livro *Educando os Educadores em Turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*, editado pela Organização Mundial de Turismo com a Universidade de Surrey lançado no Brasil pela editora Roca no ano de 2001 não faz nenhum tipo de menção ao turismo como participante da sociedade de consumo. Por que a OMT não se preocupa em desvelar ideologias do consumo no turismo? O item 10.9 do livro trata sobre treinamento versus educação em turismo e hospitalidade. Para os autores da obra, a educação para o turismo está diretamente ligada a um conceito-chave que é a “provisão de transferência de habilidades básicas, tais como habilidade analítica, habilidade de comunicação escrita e verbal e liderança que deveria ser desenvolvida pela educação e aplicada, pelo indivíduo, em diferentes contextos” (COOPER; SHEPHERD, WESTLAKE, 2001, p. 173). Educação para os autores significa uma série de habilidades como as de escrita e liderança, entre outras. A partir da base fornecida pela OMT, outros autores preocupados com tal instrumentação vão reproduzindo o treinamento para o turismo de maneira mecânica, como as discussões do livro *Formação e Capacitação do profissional em turismo e hotelaria* (ANSARAH, 2002)⁶⁰.

Como é possível transformar a experiência do turismo em possibilidade educativa significativa se se encontra tanta dificuldade em se preparar profissionais reflexivos?

O turismo deve ser estudado em uma contextualização mais ampla que a que é vislumbrada atualmente. É necessário considerá-lo mais que um fenômeno meramente econômico.

A necessidade de diálogo entre academia e mercado: Deverá haver uma maior aproximação entre mercado e academia. Nesta tese, o professor Neimam acrescenta que tal diálogo seria muito produtivo

⁶⁰ São Paulo: Aleph. 202p

para que um perceba o potencial do outro, porque os dois setores, tanto a academia quanto o mercado estão bem intencionados na produção do ecoturismo, ambos cometendo os mesmos equívocos. A academia acreditando numa forma que eu acho muito distante da realidade do que é ser educacional, e o mercado não compreendendo que o educacional pode ser incorporado sem ser chato (NEIMAN)

O planejamento das atividades educacionais no ecoturismo deve ser desenvolvido com profundo embasamento científico, filosófico, sociológico, antropológico etc. para que possa ser conduzido de maneira a possibilitar reflexões nas questões ambientais por parte dos participantes do processo. Sem fundamentação teórica e sem um estudo científico fica difícil qualquer ação educativa levar em consideração a complexidade dos lugares e situações abordados ou vividos durante qualquer visita. A velocidade com que as coisas acontecem na pós-modernidade é fator que promove a dificuldade de aprofundamento do estudo das questões essenciais. O mercado tem pressa. A academia, por sua vez sob a ideologia do estudo do empreendedorismo, acaba acompanhando o mercado, limitando-se a produzir tecnologias, planos de negócios etc. para viabilizar as atividades daquele. É necessário que a academia observe o fenômeno de maneira complexa e não num olhar reducionista (veloz, fragmentado e superficial) a partir do mercado e assim atue como sua mera instrumentadora.

Aqui, concordamos com Rita Mendonça, é necessário reservar tempo para estudar e aprofundar as reflexões. Isso pode ajudar aos que trabalham com as soluções de emergência a “tomar atitudes de resultado mais duradouro e a fazer escolhas mais conscientes” (MENDONÇA, 2005, p. 30).

Imposição de tempos espetaculares pelo capital: Compreendemos também que o tempo do desenvolvimento dos pacotes de ecoturismo por si só já reforça o tempo pseudocíclico do capital por meio da programação do pacote elaborada anteriormente por um perito da operadora. Tal fenômeno, não apenas reforça a pseudo-ciclicidade do tempo do capital para os ecoturistas, pois estes vivem a “afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre desta escolha” (DEBORD, 2004, p. 14-15), mas também invade e molda o tempo das comunidades receptoras. A ação dos condutores levando os turistas nos passeios e conduzindo sua

experiência vem complementar tal mecanismo. A viagem acaba por obedecer aos mesmos ritmos da vida cotidiana dos ecoturistas. Inclusive pela inserção irônica do “dia livre” em roteiros ecoturísticos. Se, o ecoturismo é uma atividade praticada no tempo livre das pessoas, como é possível haver um “dia livre” na programação? Para além da ironia, tal dia tem a função de período no qual se pode vender uma programação local não incluída no pacote original. Para as comunidades receptoras, a imposição vem com a necessidade da adequação de seu *modus vivendi* e da adaptação de seu lugar de vida para o atendimento às demandas das operadoras e seus clientes.

O ecoturismo como atividade compensatória e como válvula de escape: O ecoturismo funciona como atividade compensatória e como válvula de escape para a vida alienada das pessoas, ou seja, tem função alienante. Mas não é a primeira, nem última e nem mesmo a única forma de se compensar a pressão do dia-a-dia. Há outras formas de compensação, como Célia Serrano aponta em nossa entrevista que as

pessoas escapam de forma diferente. Escapar para a natureza é mais uma forma de escape, é a que chama mais a atenção pelo contraponto do espaço, o ambiente construído e o ambiente ‘natural’, chama mais a atenção, mas se é para escapar, qualquer coisa é escape, consumo de serviços (SERRANO).

O contraponto entre natureza e cidade torna o ecoturismo uma forma mais evidente no sentido da ‘fuga’. Mas há outras formas de fuga praticadas no dia-a-dia. É necessário saber dosar a tensão entre os valores intrínsecos (das buscas pessoais) e as demandas externas – as incessantes demandas do mercado por um consumo desenfreado. É necessário estar atento a tais demandas, pois todos nós fomos transformados em consumidores.

O problema maior de uma atividade compensatória é que ela impede a tomada de decisão para uma mudança realmente significativa e cria uma consciência conformista em seus participantes. Ao invés disso, precisamos é que “vingue uma rebeldia revigorada” (CASCINO, HINTZE, no prelo) e que as práticas do ecoturismo possam contribuir para possibilitar consciências críticas.

Acreditamos que foi cobrado demais do ecoturismo. Mesmo os representantes das operadoras concordam que não há ecoturismo se for levada em consideração toda sua conceituação tal como foi vista nesta dissertação. O proprietário da Operadora 1 admite que é “muito difícil isso hoje [...] não temos nenhum destino que está acabado como um destino completamente, 100% ecoturismo, 100% sustentável na prática, na operação, na distribuição de renda” (OPERADORA 1), nem se quer na questão educacional.

Acreditamos que as operadoras do mercado podem ocupar os espaços da educação não-formal por meio das atividades de educação ambiental nas práticas ecoturísticas, formando pessoas para tal exercício. Todos os envolvidos no processo devem manter-se sob revisão permanente da coerência entre falas e ações, pois tais posturas são um caminho conceitual seguro para fundamentar a atividade ecoturística. A prática do ecoturismo com a educação ambiental pode ajudar a “refletir mudanças nas tradicionais instituições promotoras e difusoras de práticas educativas” (CASCINO, 2000b, p. 197-198).

Por isto tudo é que devemos continuar a acreditar, denunciar, anunciar e agir.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Educação dos sentidos**. São Paulo: Versus Editora, 2005. 126 p.
- ANDRADE, J.V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1997. 215 p.
- ANSARAH. M.G.R. **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. v. 2. 406 p.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005. 213 p.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. 258 p.
- _____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2007. 210 p.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2000. 523 p.
- BOYER, M. **História do turismo de Massa**. Bauru: Edusc. 2003. 168 p.
- BRANDÃO, C.R. **A pergunta a várias mãos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 318 p.
- BRASIL. EMBRATUR. **Lei 8623 de 28 de janeiro de 1996**. Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 28/01/07.
- _____. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.
- _____. Ministério da Educação. **Lei no. 9795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10/01/08.
- CABRAL, A. Introdução. In THOREAU, H.D. **Walden ou a vida nos bosques e a desobediência civil**. São Paulo: Aquariana, 2001. p. 07-13
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 266 p.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Ed. CULTRIX, 1996. 256 p.
- CASCINO, F.A. Do turismo convencional ao ecolazer. **Debates Socioambientais**, São Paulo, n. 9, p. 15-23. 1998.
- _____. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000a. 109 p.

_____. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2000b. p. 189-206.

CASCINO, F.A.; FIGUEIREDO, F. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a educação ambiental. In TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 547-554

CASCINO, F.A.; HINTZE, H. **Pedagogia do desassossego educação ambiental: encontros e caminhos**. Brasília: MMA, 2008. No prelo.

COOPER, C.; SHEPHERD, R., WESTLAKE J. **Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Ed. Roca, 2001. 202 p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004. 238 p.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Ed. Gaia, 2003. 551 p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 169 p.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In SERRANO, C.; BRUHNS, H.T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. p. 85-102.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 20. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006. 174 p.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1995. 223 p.

FÓRUM INTERNACIONAL ONGs. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. 7 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 134 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 184 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2002. 165 p.

FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. 184 p.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 12. ed. Campinas: Papirus. 2001. 56 p.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: MJ Livros, 2000. 102 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 349 p.

HINTZE, H. **Guia de turismo: formação e perfil profissional**. São Paulo: Ed. Roca, 2007. 146 p.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 598 p.

JAPPE, A. **Guy Debord**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999. 272 p.

KIRK, A. **A desobediência civil de Henry Thoreau**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2008. 127 p.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2006. 184 p.

LABATE, B.C. A experiência do “viajante-turista” na contemporaneidade. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 55-80

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001. 132 p.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. 378 p.

LUCÁKS, G. **Historia e consciência de classe: estudo de dialética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elfos; Porto: Publicações Escorpião, 1989. 276 p.

LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo, natureza e cultura caçara: um novo colonialismo? In: SERRANO, C.M. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed. São Paulo: Ed. Papirus, 2001. p. 59-84.

MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**. São Paulo: Zahar Editores, 1967. 238 p.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. 255 p.

_____. Educação ambiental e ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 154-169.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores**: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse. São Paulo: Ed. Chronos, 2003. 127 p.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 204 p.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez; Brasília: UNESCO, 2003. 118 p.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 153 p.

NOBRE, C. **Os fundadores do pensamento: o marxismo da teoria crítica**. São Paulo: Cultura Marcas, 2005. 1 DVD

NOBRE, M.; AMAZONAS, MC. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 367 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Ed. Alínea, 2005. 159 p.

OVALLES, O.; VIEZZER, M. **Manual latino americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. 192 p.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 272 p.

_____. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. ROCA. 2005. p. 483-494.

RAMOS, M.V. Aventura e turismo de aventura: faces mutantes. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Roca, 2005. p. 469-479

RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus Ed., 2000. p. 171-188.

ROSE, A.T. **Turismo planejamento e marketing**. São Paulo: Ed. Manole, 2002. 152 p.

SALGUEIRO, V. Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2000.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. 92 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. São Paulo: EDUSP, 2000. 174 p.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Resolução no. 32 de 31 de Março de 1998**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

SERRANO, C.A. Educação pelas pedras: uma introdução. In: _____. (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Ed. Chronos, 2000. p. 7-24.

_____. O produto ecoturístico. In: ANSARAH, M.G.R. (Org.). **Turismo como ensinar, como aprender**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. p. 203-234.

SERRANO, C.A.; BRUHNS, H.T. (org.) **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. 150 p

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279 p.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2000a. v. 1, 140 p.

_____. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. 3. ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2000b. v. 5, 140p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1988. 454 p.

THOREAU, H.D. **Walden ou a vida nos bosques e a desobediência civil**. São Paulo: Ed. Aquariana, 2001. 346 p.

UVINHA, R.R. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Roca, 2005. p. 437-447

WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. 1a edição brasileira. São Paulo: Manole, 2001. 256 p.

ANEXOS

ANEXO A

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I - Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidade planejem e implementem[suas próprias alternativas às políticas vigentes. dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanas e destes com outras formas de vida.

II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A

comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - Plano de Ação

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.

4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a coresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida. 10. Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as Ongs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20. Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV - Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por Ongs, movimentos sociais e outros.

2. Estimular e criar organizações, grupos de Ongs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

3. Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, feiras de criatividade popular, correio eletrônico e outros.

4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.

6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.

8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.

2. Ongs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.

3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino , como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.
7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.
8. Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.
9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI - Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem :

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.
2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de Ongs e movimentos sociais.
3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.
4. Incentivar as agencias financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.

5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das Ongs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

ANEXO B

Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10 A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12 A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13 Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15 São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17 A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma eqüitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18 (VETADO)

Art. 19 Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.